ecoMAR

GRUPO DE AÇÃO LOCAL

PROPOSTA

ecoMAR

GRUPO DE AÇÃO LOCAL

Desenvolvimento Local de Base Comunitária:

2.ª Fase: Seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local e Reconhecimento dos Grupos de Ação Local

09|15

ÍNDICE

A. ENQUADRAMENTO 4

B. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO 5

B1. Âmbito Territorial 5

B2. Fundamentação da Abrangência Territorial 8

C. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL 10

C1. Caracterização da Parceria 10

C2. Modelo Organizacional da Parceria 15

D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO 21

D1. Pessoas e Comunidade 21

D2. Atividades Locais 25

D3. Ocupação do Território 32

D4. Ambiente Natural 36

D5. Análise SWOT 49

E. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 50

E1. Visão 50

E2. Princípios e Objetivos Estratégicos 51

E3. Resultados Esperados 60

E4. Alinhamento Estratégico 65

F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS 79

F1. Enquadramento 79

F2. Dispositivos de Participação 80

F3. Monitorização e Avaliação 86

F4. Comunicação e Divulgação 87

F5. Áreas de Cooperação 91

A. ENQUADRAMENTO

O Regulamento (UE) nº 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece as disposições comuns relativas aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, institui no seu artigo 32.º e seguintes, o instrumento "Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)" que corresponde à materialização de uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL).

A EDL consiste num conjunto integrado e coerente de operações, concretizado num território sub-regional específico (rural, urbano ou costeiro) e destinado a responder a necessidades e potencialidades locais, contribuindo assim para a prossecução da Estratégia Europa 2020, em sintonia com o Acordo de Parceria – Portugal 2020.

A EDL é concebida e executada através da concertação estratégica e operacional entre parceiros representativos de diversos setores públicos e privados, que no seu conjunto constituem um Grupo de Ação Local (GAL).

Na primeira fase de operacionalização do DLBC (concurso n.º 2/2014, de 16 de Novembro do Portugal 2020), relativo à pré-qualificação de parcerias e da proposta macro de estratégia, o DLBC Costeiro dos municípios de Torres Vedras e Lourinhã, denominado **ecoMAR**, obteve a qualificação para a segunda fase do concurso.

Na segunda fase do processo de implementação do instrumento "Desenvolvimento Local de Base Comunitária" foi dirigido um convite às parcerias pré-qualificadas na primeira fase, com o objetivo de aprovação de EDL e reconhecimento dos GAL, consubstanciado numa contratualização entre as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais financiadores e os respetivos GAL.

A definição das bases para a conceção e implementação de uma estratégia de desenvolvimento local de base comunitária no território costeiro proposto permitirá a diversificação e a competitividade da economia de base pesqueira e costeira, através do fomento do empreendedorismo e do reforço da competitividade das empresas locais; a preservação e a proteção do ambiente costeiro; a promoção da utilização eficiente e sustentável dos recursos; e, de forma complementar, a promoção da inovação social no combate aos problemas de pobreza e de exclusão social.

B. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO

B1. Âmbito Territorial

A área de intervenção (Figura 1) do **ecoMAR** abrange a totalidade das freguesias litorais dos municípios da **Lourinhã** (Ribamar e União das freguesias de Lourinhã e Atalaia) e **Torres Vedras** (São Pedro da Cadeira, Silveira e União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira), que são parte integrante da Região Centro (NUT II) e da Sub-Região do Oeste (NUT III).

O território de atuação pertence ao Distrito de Lisboa e é limitado a norte pelos municípios de Peniche e Óbidos, a este pelo restante território dos municípios da Lourinhã e de Torres Vedras, a sul pelo município de Mafra e a oeste pelo Oceano Atlântico.

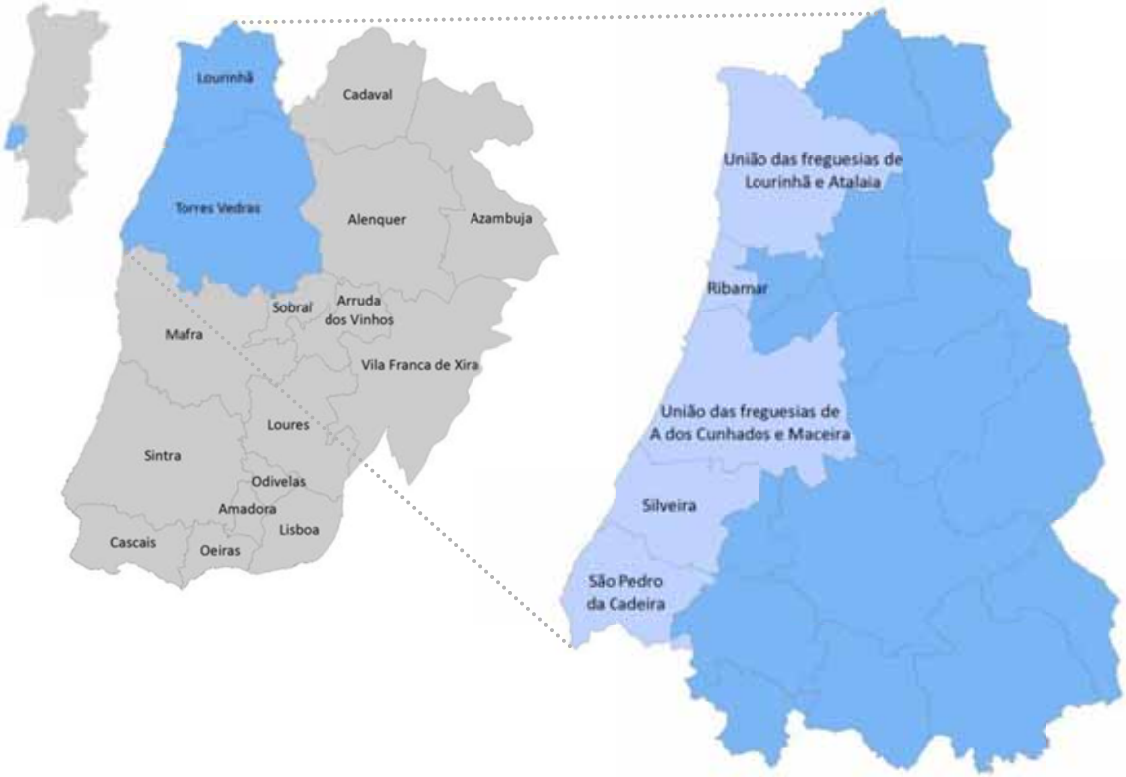

Figura 1 - Localização do território de atuação e sua divisão administrativa.

O território de atuação (Figura 2) ocupa uma área de 154,13 km^2, o que corresponde a 27,8% da área total dos municípios de Torres Vedras e Lourinhã.

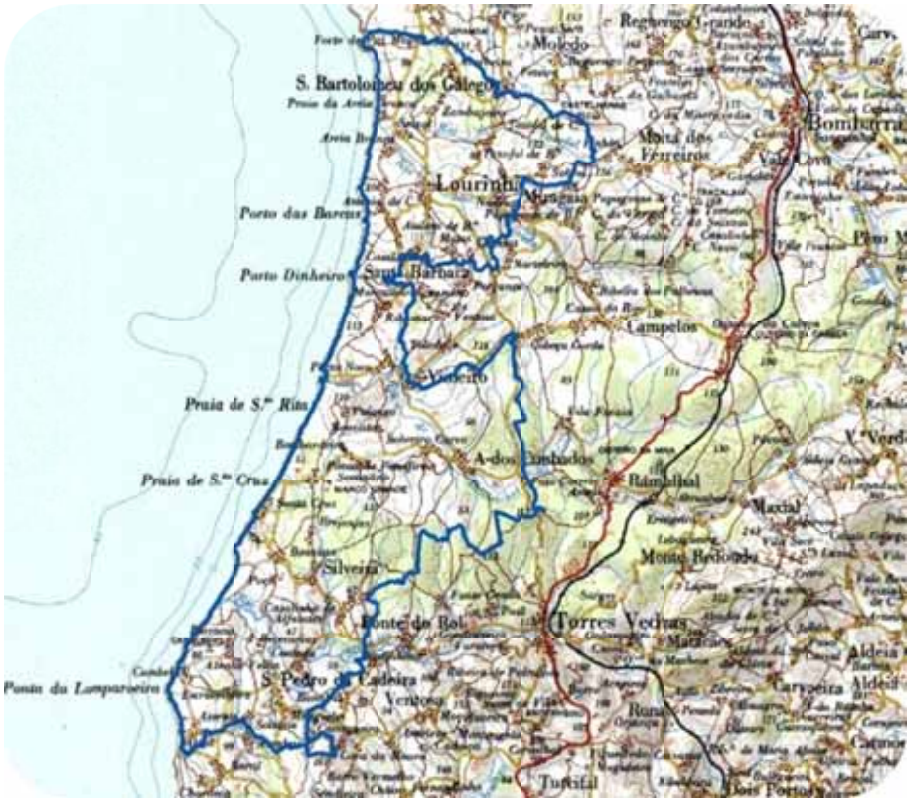

Figura 2 – Área de intervenção do DLBC costeiro.

A área de intervenção é um território litorâneo e predominantemente rural. O total da população, segundo o CENSOS 2011, é de **37.894 habitantes**, que equivale a 36% do total da população residente nos dois municípios intervenientes.

CONCELHO	FREGUESIA	POPULAÇÃO (2011)	RURAL (S/N)	LITORÂNEO (S/N)
Lourinhã	União das freguesias de Lourinhã e Atalaia	11 755	S	S
	Ribamar	2 141	S	S
Torres Vedras	União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira	10 391	S	S
	Silveira	8 530	S	S
	São Pedro da Cadeira	5 077	S	S

Tabela 1 - População por freguesia, ruralidade e integração em território litorâneo**.**

A **união das freguesias da Lourinhã e Atalaia** tem uma área de 46,48 km^2, 11.755 habitantes e uma densidade populacional de 252,9 habitantes/Km^2.

A **freguesia de Ribamar** tem um total de 6,11 Km^2 e 2.141 habitantes. A densidade populacional da freguesia é de 350,4 habitante/Km^2.

A **união de freguesias de A dos Cunhados e Maceira** é a maior freguesia da área de intervenção, com um total de 52,72 Km^2 e um total de 10.391 habitantes.

A **freguesia da Silveira** tem uma área de 24,97 Km^2, 8.530 habitantes e uma densidade populacional de 341,6 habitante/Km^2.

A **freguesia de São Pedro da Cadeira** tem uma área de 23,85 km^2, 5.077 habitantes e uma densidade populacional de 212,9 habitantes/Km^2.

A área de intervenção integra um núcleo urbano de 1º nível, correspondente ao perímetro urbano da Lourinhã, sede e principal centralidade urbana do respetivo concelho.

O sistema urbano de 2º nível compreende os perímetros urbanos de Atalaia, Ribamar e Areia Branca, na Lourinhã e os perímetros urbanos da Maceira, A-dos-Cunhados, Silveira e São Pedro da Cadeira e Santa Cruz, em Torres Vedras.

O sistema urbano de 3º nível integra ainda um conjunto relevante de perímetros urbanos, que incluem Boavista, Casal da Paradas, Bombardeira, Sobreiro Curvo, Palhagueiras, Póvoa de Penafirme, Casalinhos de Alfaiata, Coutada, Escravilheira, Cambelas e Assenta, no concelho de Torres Vedras.

O sistema urbano integra ainda um conjunto de núcleos urbanos de 4º e 5º níveis (este apenas na Lourinhã) e de áreas de edificação dispersa que, não obstante integrarem o solo rural, correspondem a pequenas áreas edificadas, normalmente associadas e casais ou quintas.

No contexto da área de intervenção assumem particular importância os núcleos urbanos costeiros da Areia Branca, no concelho da Lourinhã e de Santa Cruz, em Torres Vedras. Estes núcleos constituem-se como as principais estâncias balneares dos respetivos concelhos e estruturam centralidades urbano-turísticas de importância regional, reconhecidas pelo PROT OVT, que as classifica como Núcleos de Turismo e Lazer.

Figura 3 – Areia Branca - Lourinhã.

Figura 4 – Santa Cruz – Torres Vedras.

B2. Fundamentação da Abrangência Territorial

Os territórios costeiros dos concelhos da Lourinhã e de Torres Vedras apresentam grande identidade e homogeneidade nos seus principais elementos caracterizadores, de que se destacam:

- As características físicas e morfológicas, nomeadamente da linha de costa, onde as arribas e escarpas de corte abrupto vão dando lugar a praias e extensos areais, e dos planaltos agricultados, que se estendem em mosaico agrícola até à crista das arribas;
- A estrutura de povoamento, marcada por um elevado grau de dispersão assente em modelos de desenvolvimento linear;
- As atividades económicas predominantes, centradas nos setores agrícola e agroalimentar, nas atividades de turismo, recreio e lazer associadas ao mar e praia e na pesca desportiva e artesanal;
- A identidade histórica e cultural, que partilha um passado comum feito de episódios relevantes, como o das invasões francesas.

A estes elementos agregadores juntam-se as relações funcionais decorrentes da existência de territórios urbanos de fronteira, da partilha de redes e infraestruturas de água, saneamento e rodoviárias, entre outras, assim como a estreita colaboração existente em domínios como a saúde, a educação e a ação social.

Releva-se ainda um conjunto de ações, projetos e iniciativas partilhadas pelos dois municípios, como sejam:

- A Rota Rede Natura Oeste (2009/2011) - operação promovida em parceria entre o Município de Torres Vedras, Lourinhã e Peniche com apoio financeiro do Programa Mais Centro no âmbito do QREN desenvolve-se ao longo da costa, entre Peniche e Torres Vedras, passando pela Lourinhã.
- A parceria entre os municípios de Torres Vedras e da Lourinhã para a realização de projetos apoiados pelo Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros.

- A parceria na construção de Equipamento Escolar e Jardim de Infância da Cabeça Gorda (2007) na área de influência escolar que abrange os Municípios de Torres Vedras e da Lourinhã.

- As diversas parcerias estabelecidas no âmbito da Rede Social Intermunicipal, que tem permitido realizar um conjunto muito significativo de iniciativas, de que se destacam: as Jornadas de Exclusão Social, em 2005; o I Forum Social Intermunicipal Lourinhã e Torres Vedras, em 2006; as Jornadas Intermunicipais de Inclusão Social, em 2007; e o II Fórum Social Intermunicipal - Lourinhã e Torres Vedras, em 2009.

Por fim, releva-se ainda a experiência menos bem sucedida de ligação da Lourinhã ao Grupo de Ação Costeira (GACoeste), cujo território se estrutura a partir de Peniche. Com efeito, a reduzida identificação dos agentes económicos locais com a realidade piscatória intensiva do Porto de Peniche inviabilizou o surgimento de projetos no território destas freguesias durante o anterior quadro comunitário.

Concluiu-se, deste modo, que a tipologia de projetos e de investimentos necessários à Lourinhã para concretizar os seus objetivos de desenvolvimento se coadunam de forma muito mais consistente com os objetivos prosseguidos por Torres Vedras no âmbito desta DLBC.

C. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

C1. Caracterização da Parceria

A denominação atribuída à parceria foi **ecoMar** por resultar da aplicação do seguinte conceito:

Num território costeiro onde impera a diversidade, o conceito de ecoMar visa promover um modelo de gestão partilhado com os atores locais, onde a economia e a ecologia sejam parte integrante de um ecossistema multifuncional em prol do desenvolvimento sustentável do litoral.

A parceria **ecoMAR** reflete a consciência de que os desafios que se colocam ao território e em particular, às zonas costeiras, deverão ser abordados de uma forma integrada e coerente suportados por um processo de concertação e comunhão de interesses e objetivos entre os diferentes atores envolvidos.

O processo de constituição da parceria foi desenvolvido segundo uma metodologia participada desde o início pelos potenciais interessados que foram manifestando interesse e cujas intervenções se coadunavam com a visão ambicionada por todos para as zonas costeiras. Era ainda condição essencial nesta segunda fase de operacionalização do DLBC dar resposta à representação temática e setorial da parceria traduzida pela presença de parceiros dos setores das pescas e/ou da aquicultura.

Assim, o GAL **ecoMAR** é composto por **34 parceiros, dos quais 10 públicos e 24 privados**, representantes dos interesses socioeconómicos locais e por agentes públicos com intervenção relevante tanto ao nível da sua esfera de atuação como no âmbito territorial de intervenção.

A preparação da presente proposta culminou com a formalização de um **Acordo de Parceria** e das respetivas **Fichas de Parceiro**, que constituem documentos anexos a esta proposta, em que cada um dos parceiros assume o compromisso para com o GAL e com a EDL.

Apresenta-se na tabela seguinte a relação de associados constituintes da parceria, reforçando-se o facto, em cumprimento do disposto no aviso, de todos os parceiros se encontrarem ativos no território.

Tabela 2 – Relação de Associados do GAL ecoMAR (Sinalização dos parceiros públicos a sombreado).

Denominação	Setor de Atividade	N.º Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	TORRES VEDRAS
MUNICÍPIO DA LOURINHÃ	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	LOURINHÃ
FREGUESIA DE LOURINHÃ E ATALAIA	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	LOURINHÃ
FREGUESIA DE RIBAMAR	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	LOURINHÃ
FREGUESIA DE A DOS CUNHADOS E MACEIRA	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	TORRES VEDRAS
FREGUESIA DE SILVEIRA	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	TORRES VEDRAS
FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA CADEIRA	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	TORRES VEDRAS
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	-	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AMADORA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	ENTIDADES DO ENSINO SUPERIOR	-	OUTRAS ENTIDADES PUBLICAS	ALMADA
FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO	ENTIDADES DO ENSINO SUPERIOR	-	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS	PORTO
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE AQUACULTORES	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	LAGOS
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E APOIO ÀS PESCAS EM PORTO DINHEIRO	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	145	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	LOURINHÃ
ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA	OUTROS	54692	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	LISBOA

Denominação	Setor de Atividade	N.º Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
EUCC-PORTUGAL	OUTROS	10	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	PORTO
ASSOCIAÇÃO PCTE - PÓLO DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA DA ENERGIA	OUTROS	15	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	TORRES VEDRAS
SOCIEDADE DE HISTÓRIA NATURAL	OUTROS	152	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	TORRES VEDRAS
GRUPO DE ETNOLOGIA E ARQUEOLOGIA DA LOURINHÃ	EDUCAÇÃO	626	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	LOURINHÃ
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ACTIVIDADES SUBMARINAS	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS COLETIVOS, COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	1200	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	OEIRAS
ASSOCIAÇÃO SEALAND SANTA CRUZ	OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O MAR	35	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	TORRES VEDRAS
CLUBE NAVAL DE PAIMOGO	OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O MAR	74	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	LOURINHÃ
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE ATALAIA	OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O MAR	400	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	LOURINHÃ
ASSOCIAÇÃO OS UNIDOS DA PESCA DE TORRES VEDRAS	OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O MAR	19	ASSOCIAÇÕES E FUNDAÇÕES PRIVADAS	TORRES VEDRAS
FRUTOS DO MAR, LDA.	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	LOURINHÃ
CONCHAMAR - EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO S.A.	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	LOURINHÃ
AVÔ RITA - SOCIEDADE DE PESCAS, LDA.	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	LOURINHÃ

Denominação	Setor de Atividade	N.º Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
FAVORITEVELVET, LDA.	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	LOURINHÃ
BOM PEIXE, DE ELÍSIO FRANCISCO TEODORO E ROBERTO CLAUDIO VIEIRA TEODORO	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	LOURINHÃ
BERNARDINO FRANCISCO & FILHO, LDA.	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	LOURINHÃ
MARÉS DE PAPEL - UNIPESSOAL, LDA	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	TORRES VEDRAS
PAULO ANDRÉ TABORDA SARREIRA	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	EMPRESAS	TORRES VEDRAS
CELESTINO TOMÁS SILVA GAITEIRO	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	PESSOAS SINGULARES	TORRES VEDRAS

Denominação	Setor de Atividade	N.º Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
JOÃO MANUEL DA SILVA RODRIGUES	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	PESSOAS SINGULARES	TORRES VEDRAS
JOÃO TOMÁS DA SILVA	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	PESSOAS SINGULARES	TORRES VEDRAS
JOSÉ ABEL MARQUES	PESCA, AQUICULTURA, TRANSFORMAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA, ATIVIDADES E SERVIÇOS RELACIONADOS COM A APANHA DE PRODUTOS DA PESCA, PRODUÇÃO DE SAL E/ OU ALGAS.	-	PESSOAS SINGULARES	TORRES VEDRAS

Da lista de parceiros apresentada ressalta a abrangência e a diversidade das entidades participantes, nela se integrando entidades da administração central e local, instituições de investigação e ensino superior, associações representativas de atividades económicas, empresas do setor da pesca e um leque vasto de atores locais, compreendendo empresas, associações e pessoas singulares, representativos dos diferentes domínios do desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental local.

A parceria garante, deste modo, as condições de base para a prossecução dos objetivos a que se propõe, congregando num desígnio comum as capacidades de gestão de operações e projetos das autarquias, o conhecimento científico das universidades e as orientações estratégicas de base sectorial dos orgãos da administração central, com as iniciativas e envolvimento ativo das comunidades locais, que são a razão de ser e os principais destinatários da presente operação, de que é demonstrativo o facto de representarem mais de 70% das entidades aderentes.

C2. Modelo Organizacional da Parceria

No que se refere ao modelo organizacional do **ecoMAR**, o Acordo de Parceria (documento anexo a esta proposta) estabelece a estrutura orgânica, as normas de funcionamento e as competências de cada um dos órgãos que constituem o **ecoMAR**.

O **ecoMAR** é constituído por três unidades orgânicas, o Conselho de Parceiros que é constituído por um representante de todos os parceiros; o Órgão de Gestão que é responsável pela gestão e implementação da EDL; e a Unidade de Apoio Técnico que presta apoio ao Órgão de Gestão na operacionalização e implementação da EDL.

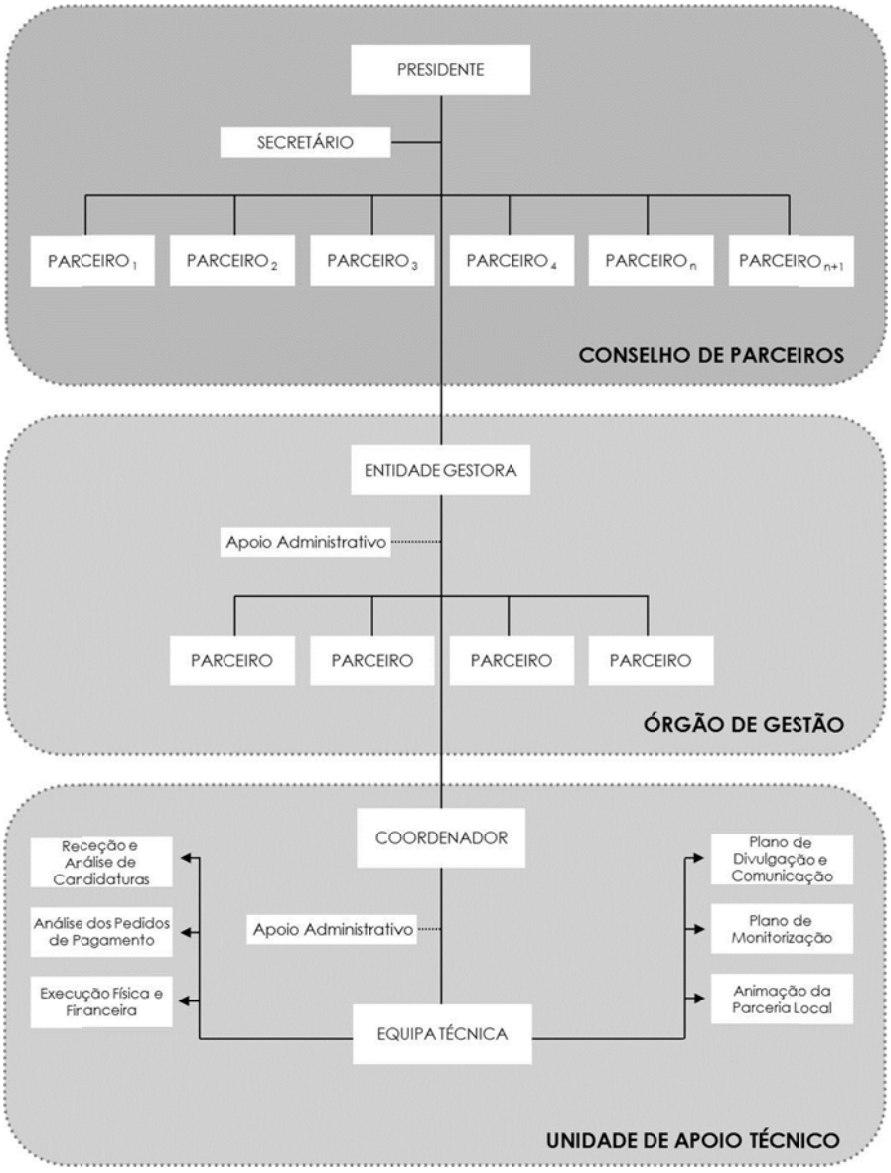

Figura 5 – Organigrama do GAL ecoMAR.

O **Conselho de Parceiros** (CP) é constituído por um representante de todos os parceiros e tem como principais competências:

a. Discutir, promover e acompanhar a implementação da EDL;
b. Divulgar os objetivos da EDL e o seu âmbito de aplicação;
c. Assegurar a articulação entre os parceiros e a participação dos atores locais na implementação da EDL;
d. Conhecer e emitir parecer sobre o plano de comunicação e divulgação e os relatórios de monitorização da EDL;
e. Conhecer as ações específicas de avaliação da EDL.

O **Órgão de Gestão** (OG) é constituído por cinco representantes dos parceiros, a maioria privados (Município da Lourinhã; Sociedade de História Natural; Associação Sealand; e Clube Naval de Paimogo), sendo presidido pelo Município de Torres Vedras enquanto entidade gestora. O OG é responsável pela gestão e implementação da EDL e tem como competências:

a. Aprovar os convites à apresentação de propostas e aprovar os critérios de seleção das candidaturas;
b. Aprovar as operações selecionadas pela UAT, à exceção daquelas em que os promotores integram o OG, respeitando a coerência com a EDL e estabelecendo prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas da estratégia;
c. Analisar e aprovar os relatórios de monitorização sobre a execução da EDL e submeter ao CP para apreciação de todos os parceiros;
d. Garantir o cumprimento físico e financeiro da EDL, de acordo com o estabelecido pela autoridade de gestão do programa operacional;
e. Propor ações específicas de avaliação da EDL;
f. Garantir a implementação de dispositivos de participação pública ao longo de todo o processo de forma a ir informando e esclarecendo as comunidades locais sobre a EDL;
g. Aprovar o plano de comunicação e divulgação da EDL e submeter ao CP para apreciação de todos os parceiros;
h. Garantir a concretização dos indicadores e metas propostos na EDL, garantindo a transparência dos procedimentos e dos resultados.

A **Unidade de Apoio Técnico** (UAT) presta apoio ao OG na operacionalização e implementação da EDL e é constituída por um coordenador e uma equipa técnica que assegura a segregação de funções.

O Coordenador da UAT reporta diretamente ao OG e tem como principais funções:

a. Preparar e publicar os convites à apresentação de propostas, segundo uma calendarização, ou um procedimento contínuo de apresentação de projetos, incluindo a definição dos critérios de seleção;
b. Validar as análises das candidaturas recebidas e apresentar ao OG as propostas de decisão;
c. Validar os pedidos de pagamento analisados pela equipa técnica;
d. Elaborar relatórios de monitorização periódicos sobre a execução da EDL, incluindo quadros de execução física e financeira, e reportá-los ao OG;
e. Elaborar e executar o plano de comunicação e divulgação da EDL e reportá-lo ao OG;
f. Notificar os promotores para efeitos de avaliação da execução das operações e preparar as respostas a esclarecimentos solicitados no âmbito de ações de auditoria e controlo efetuados pela autoridade de gestão do programa operacional, entidade pagadora ou outra, nacional ou europeia.

A Equipa Técnica da UAT reporta diretamente ao Coordenador e tem como principais funções:

a. Receber, avaliar e emitir pareceres sobre as candidaturas respeitando a coerência com a EDL e estabelecendo prioridades de acordo com o seu contributo para os objetivos e metas da estratégia;
b. Analisar e emitir pareceres sobre os pedidos de pagamento, verificando a elegibilidade e a conformidade com a regulamentação aplicável;
c. Realizar, sempre que necessário, visitas de acompanhamento às operações aprovadas;
d. Participar na elaboração dos relatórios de monitorização periódicos sobre a execução da EDL;
e. Esclarecer as dúvidas relativas ao processo administrativo a que obedece a tramitação das operações, bem como sobre os mecanismos a utilizar para este fim;
f. Apoiar os beneficiários no conhecimento e no cumprimento dos protocolos e acordos celebrados entre autoridade de gestão do programa operacional e os mesmos;
g. Garantir junto dos beneficiários o cumprimento das normas de informação e publicidade dos apoios comunitários definidas pela autoridade de gestão do programa operacional;
h. Apoiar os beneficiários na organização dos dossiers das operações aprovadas.

Esta estrutura garante a participação ativa de todos os elementos da parceria e a segregação das funções técnicas e de decisão no âmbito de futuras delegações de competências para a gestão dos fundos públicos.

O **ecoMAR** é responsável pela divulgação dos objetivos da intervenção, pela promoção e criação de sinergias locais que possibilitem o aparecimento de iniciativas válidas que concorram para o seu alcance e pela implementação dos procedimentos administrativos a que obedecerão as operações ou intervenções no território. A figura seguinte ilustra a sequência dos principais procedimentos técnico-administrativos da responsabilidade do **ecoMAR**.

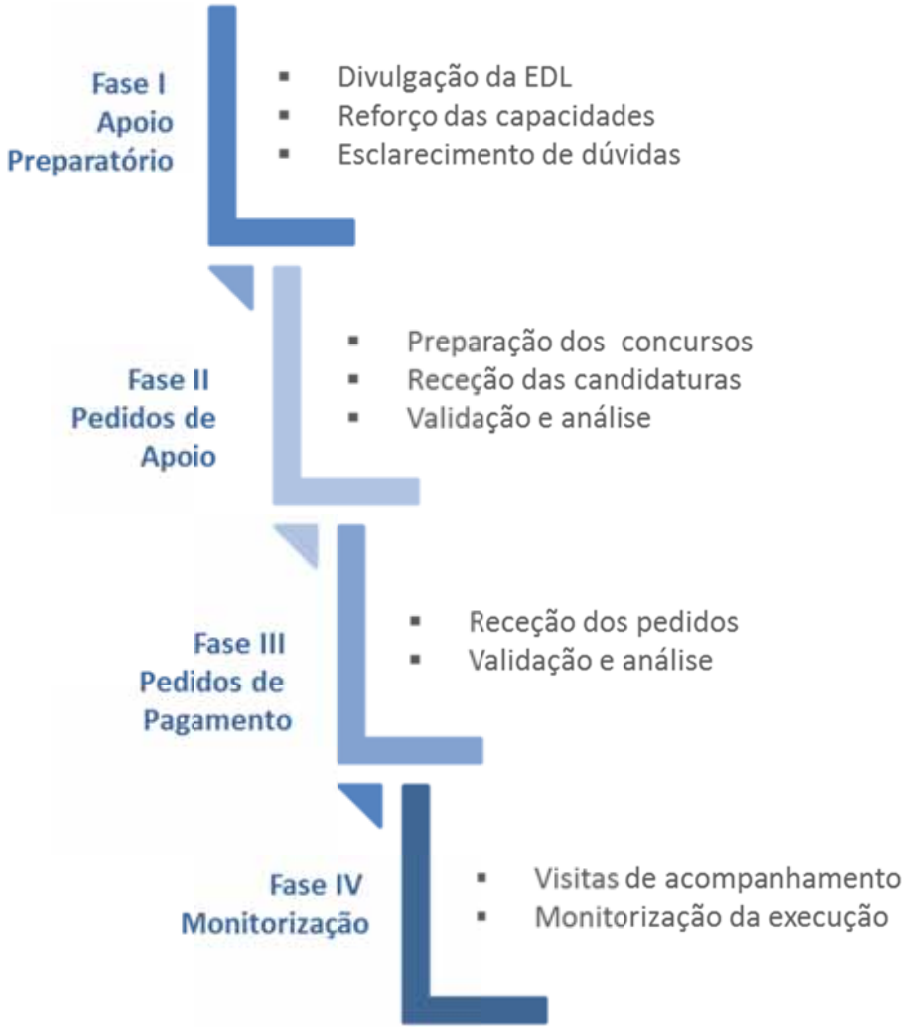

Figura 6 – Principais procedimentos técnico-administrativos do ecoMAR.

Na organização da parceria, assegurou-se que o conjunto de entidades públicas, ou de qualquer grupo de interesses individual, não representava mais de 49% dos direitos de voto em processos de tomada de decisão.

O Município de Torres Vedras é a entidade gestora da parceria, possuindo capacidade financeira, técnica e material para ser considerada um organismo intermédio de gestão, e para assegurar a permanência, até ao final do período de elegibilidade das despesas, da estrutura de análise, decisão e acompanhamento das operações a financiar.

O Município de Torres Vedras, dentro das suas atribuições e enquanto autarquia local, desenvolve um conjunto vasto de ações na área territorial que administra, nos domínios do Planeamento Urbano, Social, Ambiental, Cultural, Económico e Educação, com o objetivo de qualificar o território e proporcionar melhores condições de vida à população. Tem como missão "a promoção do desenvolvimento sustentável a coesão territorial e a melhoria da qualidade de vida da população" e por esse facto a sua atividade é conceber e executar instrumentos de política de desenvolvimento local.

Ao nível do planeamento urbano promoveu e gere os vários Planos Municipais de Ordenamento do Território (Plano Diretor Municipal, Planos de Urbanização, Planos de Pormenor) e Planos Sectoriais com Incidência no Município de Torres Vedras. Tem em curso a execução da Agenda 21 Local, um instrumento para a promoção do desenvolvimento local sustentável; elaborou e executou o programa de ação "Torres ao Centro – Regeneração Urbana no Centro Histórico de Torres Vedras" em parceria com outras entidades locais e financiada pelo Mais Centro/QREN; está em execução o Programa Polis para a cidade de Torres Vedras; concluiu em parceria com cinco municípios vizinhos o Programa de Ação "Rota Histórica das Linhas Defensivas de Torres Vedras"; entre outras ações.

O Município de Torres Vedras participa ainda num vasto conjunto de redes de cooperação em várias temáticas e a vários níveis:

Europeias/Internacionais: Rede de Cidades Educadoras; Euroformar (Programa Aprendizagem ao Longo da Vida / programa setorial Leonardo da Vinci); Carta Europeia de Segurança Rodoviária; Coastal & Marine Union – EUCC (O programa Quality Coast foi desenvolvido no âmbito do projecto europeu INTERREG III C, liderado pela Coastal & Marine Union – EUCC, uma das maiores redes de especialistas costeiros do mundo); ICLEI - Local Governments for Sustainability; Making Cities Resilient (Rede europeia de segurança de cidades resilientes à ocorrência de catástrofes); HyER (Rede de Regiões e Cidades associadas à promoção do hidrogénio como recurso energético e à mobilidade elétrica); Rede das Cidades Amigas dos Idosos (Rede Internacional visa estimular nas cidades a promoção do envelhecimento ativo).

Redes Nacionais: RENER Living Lab (Rede Portuguesa de Cidades Inteligentes); Rede CIVITAS (na área da mobilidade sustentável); REDE PROCURA+ PORTUGAL (Rede de Compras Sustentáveis); e Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis.

Regionais/Locais: OESTESUSTENTÁVEL (Agência Regional de Energia); Rede Social; Leader Oeste; Rede Local de Educação e Formação; OesteEmpreendedor (promoção do empreendedorismo na região do Oeste).

O Município de Torres Vedras foi ainda parceiro em projetos de intercâmbio internacionais cofinanciados pelo Programa Life, Leonardo da Vinci e Intelligent Energy.

O Município da Lourinhã foi beneficiário de diversas candidaturas aos quadros comunitários anteriores, sendo a entidade promotora de investimentos cofinanciados para áreas como a educação, o turismo, a reabilitação urbana, a mobilidade, a gestão florestal, entre outros. No âmbito das competências do Gabinete de Apoio ao Empresário, foram também apoiados projetos de investimento privado, nomeadamente ao SI Inovação Produtiva, ao PRODER e ao PROMAR.

O Município da Lourinhã detém assim uma vasta experiência, não só na submissão de candidaturas, como mas também na gestão financeira, temporal e física das operações e do cumprimento dos seus diversos requisitos e procedimentos.

Dos restantes parceiros alguns possuem experiência de trabalho em rede com projetos cofinanciados por Fundos Europeus, com destaque para os parceiros de expressão nacional, como a Agência Portuguesa do Ambiente, a Associação Industrial Portuguesa, e as instituições de ensino superior envolvidas, FCT-UNL e FEUP, entre outras.

D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO

O diagnóstico da situação do território alvo do DLBC Costeiro consiste numa análise de contexto, incidindo na situação de referência e na evolução recente, estruturada segundo quatro sistemas: Pessoas e Comunidade; Atividades Locais; Ocupação do Território e Ambiente Natural.

D1. Pessoas e Comunidade

>> POPULAÇÃO

A área territorial delimitada do DLBC costeiro tem uma população total de 37.894 habitantes (CENSOS 2011). Ao longo dos últimos anos assistiu-se a aumento da população residente, registando um crescimento de 18,2% de 2001 para 2011, que equivale a mais 5846 pessoas.

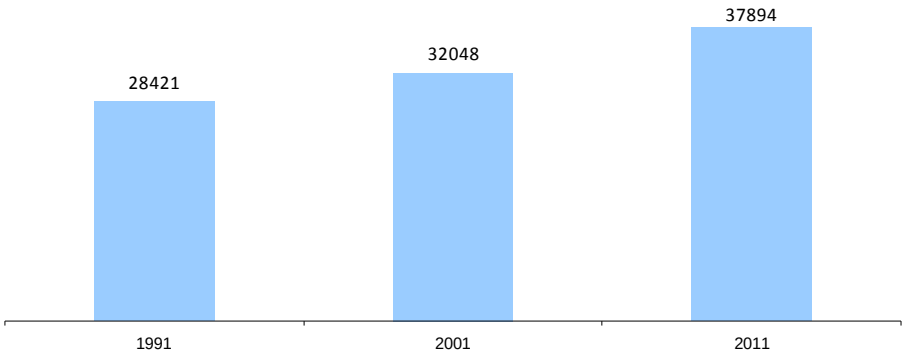

Figura 7 – Crescimento da população residente na área de intervenção (Fonte: Censos 2011).

A natureza do território é rural, com uma densidade populacional de 245,86 habitantes/km^2.

A densidade populacional é mais elevada nas freguesias da Silveira do concelho de Torres Vedras e na freguesia de Ribamar do concelho da Lourinhã. A figura seguinte apresenta a população residente por freguesia.

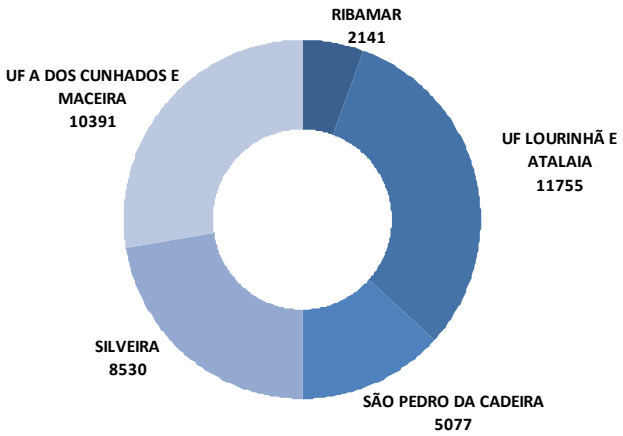

Figura 8 – População residente por freguesia. (Fonte: Censos 2011)

No que respeita à estrutura etária da população, 26,7% dos indivíduos tem entre 0-24 anos, 55,7% tem idades compreendidas entre os 25-64 anos e 17,6% com idade superior a 65 anos.

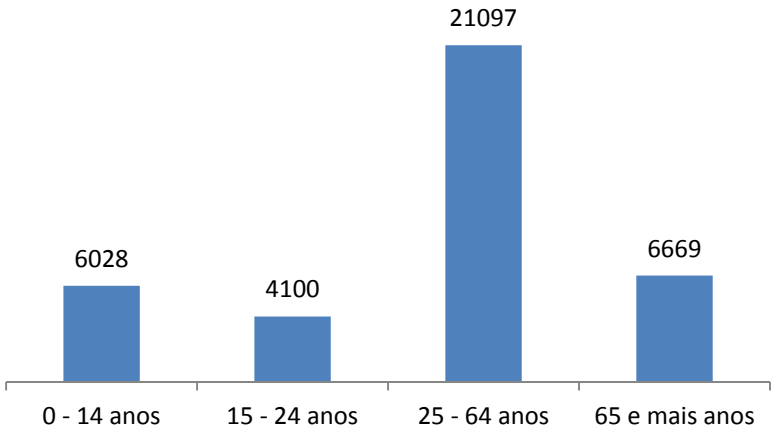

Figura 9 – Estrutura etária da população residente.

Assiste-se nas freguesias a uma variação negativa de população no intervalo entre os 15-24 anos, à exceção da freguesia da Silveira. A maior variação verifica-se no intervalo de + 65 anos, o que demonstra um envelhecimento da população desta zona litoral. Esta informação torna-se mais evidente fazendo a análise de 1991 para 2011.

A idade média da área identificada é de 40,3 anos, média de idade superior à dos concelhos abrangidos na área de intervenção.

O índice de envelhecimento do território é de 110,63, e regista uma evolução mais expressiva, uma vez que passa de 62,3 em 1991 para 110,6 em 2011, o que evidencia o envelhecimento da população.

Na análise ao índice de dependência e comparando os últimos anos de Censos, verifica-se um aumento da dependência de idosos e um decréscimo de dependência de jovens. O índice de dependência total do território aumentou bastante de 2001 para 2011. Note-se que o índice de dependência total de 2011 voltou a equiparar o valor de 1991, estando na ordem dos 50%, o que significa que, em média, cada dependente (jovem ou idoso) tinha de ser sustentado pelo esforço de duas pessoas em idade ativa.

>> EDUCAÇÃO

Quanto ao nível de escolaridade da população residente na área de intervenção, 58,1% possui o ensino básico, dos quais 30,2% o 1º ciclo do ensino básico, 11,2% o 2º ciclo do ensino básico e 16,7% o 3º ciclo do ensino básico.

A população residente sem saber ler e escrever representa 9,1% e a população residente com ensino superior é de 11,4%.

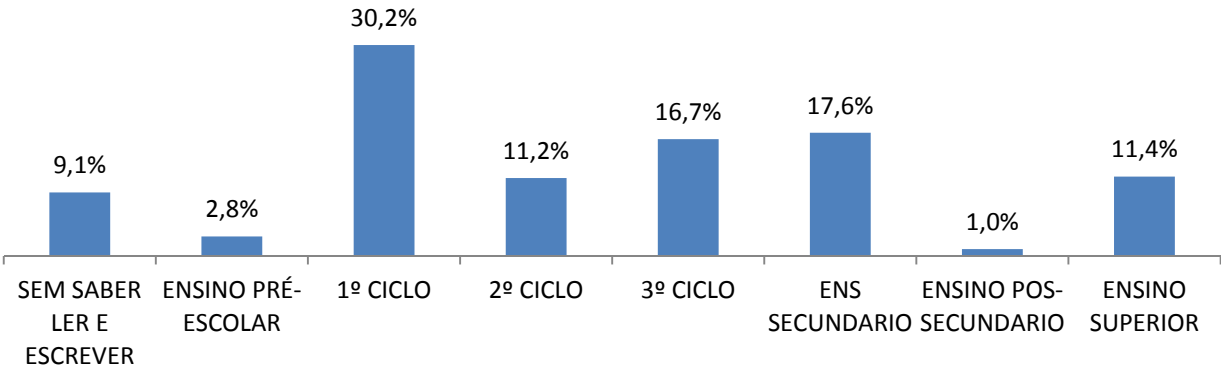

Figura 10 – Nível de escolaridade da população residente na área de intervenção.

A Tabela 3 revela o número de estabelecimentos de ensino na área de intervenção. Dos estabelecimentos que possuem cursos profissionais, destaca-se curso de Técnico de Turismo, Técnico de Receção; Técnico de Energias Renováveis; Técnico de Restauração, que são algumas das áreas que poderão fomentar a região.

	Nº ESTABELECIMENTOS
CRECHE + JARDIM INFÂNCIA	4
JARDIM INFÂNCIA	6
ESCOLA BÁSICA	16
JARDIM INFÂNCIA + ESCOLA BÁSICA	10
ESCOLA SECUNDÁRIA	1
ESCOLA BÁSICA + ESCOLA SECUNDÁRIA	1
ESCOLA PROFISSIONAL	1

Tabela 3 - Distribuição de estabelecimentos de educação e ensino na área de intervenção

Dispõe também a região de uma oferta ao nível de escolas de surf, escola de parapente e uma Escola Nacional de Aviação Desportiva.

>> EMPREGO

A população residente desempregada corresponde a 5,3% da população residente na área de intervenção, que corresponde a uma taxa de desemprego (relação entre a população desempregada e a população ativa) de 10,8%, percentagem esta abaixo da média nacional (13,18%) e região Oeste (11,36%).

A população ativa representa 49% da população residente. Da população empregada no território, 43,7% da população residente trabalha na freguesia onde reside. Neste território 74,3% da população empregada trabalha por conta de outrem.

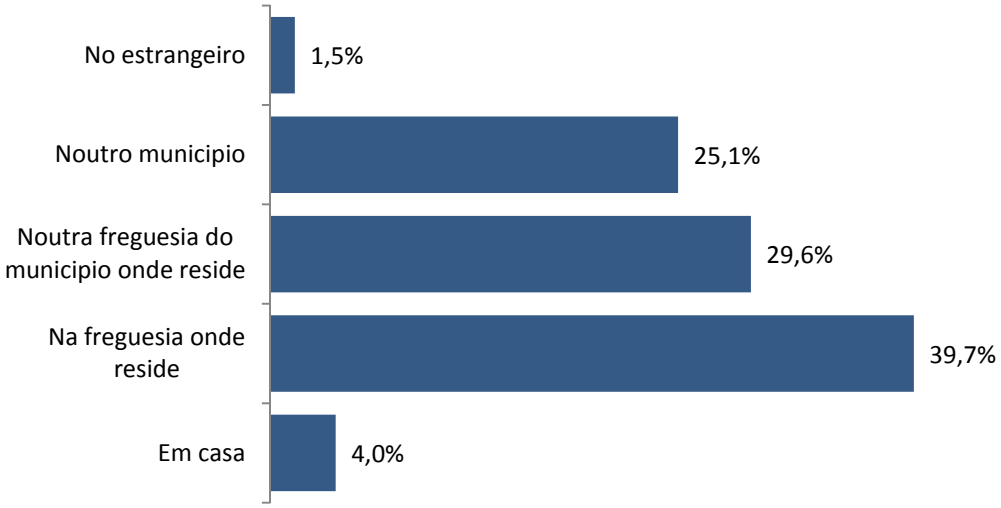

Figura 11 – População empregada e local de trabalho.

Quanto à distribuição da população ativa pelos setores de atividade aos quais estão afetas, o setor terciário tem um peso de 65,3%, seguido do setor secundário com 25% e o setor primário de 9,7%.

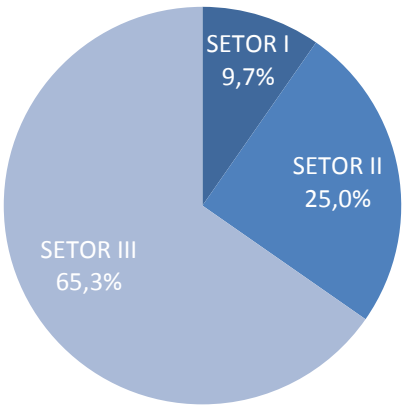

Figura 12 – População empregada por setor de atividade.

D2. Atividades Locais

>> TECIDO EMPRESARIAL

As principais atividades do concelho da Lourinhã são a construção, a pesca e a suinicultura. O turismo associado ao lazer e bem-estar tem assumido também como um dos domínios em que a Lourinhã terá melhores condições para apostar com sucesso no crescimento da sua economia, e contribuir para alavancar a economia da região. O turismo e o lazer também é resultado da riqueza patrimonial, natural, cultural, edificada e intangível de que o território da Lourinhã dispõe abundantemente e que poderá ser potenciada.

No concelho de Torres Vedras, a agricultura continua a desempenhar um papel importante na economia concelhia e um forte impacto na indústria, comércio e serviços locais. Foi através de uma agricultura de grande potencial, que foi possível desenvolver a tradição industrial na fabricação de bens de equipamento para a agricultura com a expansão empresarial de indústrias familiares locais, que por sua vez conseguiram induzir atividades comerciais e de serviços transformando Torres Vedras num pólo de importância supra-concelhia no sector terciário. Releva-se ainda a importância do comércio e serviços e, à semelhança da Lourinhã, o peso crescente das atividades associadas ao turismo e lazer, com particular destaque para a economia do mar (praia, pesca, ondas, vento), gastronomia e património.

A análise seguinte recorre a uma base de dados do INE relativa aos anos de 2011 e 2012.

Numa análise à constituição do tecido empresarial na área de intervenção, existe um total de 1209 sociedades. A densidade empresarial do território é de 7,84 empresas por km^2. Quanto ao tecido empresarial, 52,4% pertence ao município da Lourinhã e 47,6% ao município de Torres Vedras.

O tecido empresarial da área de intervenção de Torres Vedras corresponde a 21,1% do tecido empresarial total do concelho. Já no município da Lourinhã, e por termos o núcleo urbano da Lourinhã na área de intervenção o tecido empresarial corresponde a cerca de 70% do total das empresas do concelho.

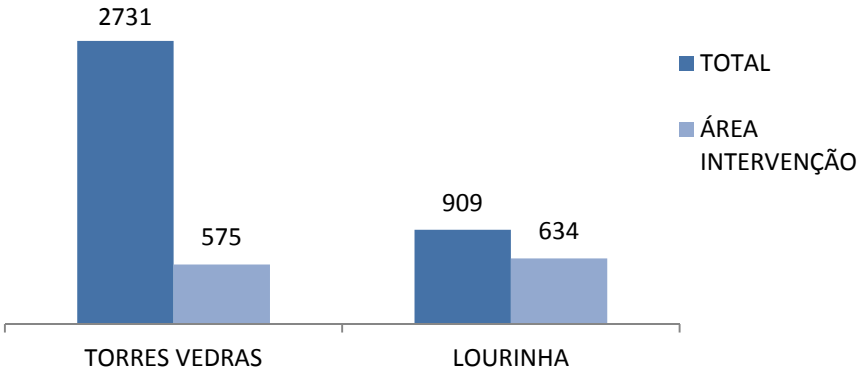

Figura 13 – Tecido empresarial dos concelhos versus área de intervenção.

O principal sector de atividade é o terciário, com um total de 64,7% das sociedades, seguido do sector secundário com 24,0% e o sector primário com 11,3%.

>> AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA E PESCA

Torres Vedras apresenta uma forte atividade agrícola (culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos, nomeadamente em estufa) em especial nas freguesias de Silveira e na união de freguesias de A Dos Cunhados e Maceira. Estas empresas instaladas têm apostado na inovação e na diversificação da produção.

O município da Lourinhã tem atividade mais diversificada com enfoque na atividade agrícola, silvicultura e em especial na pesca marítima.

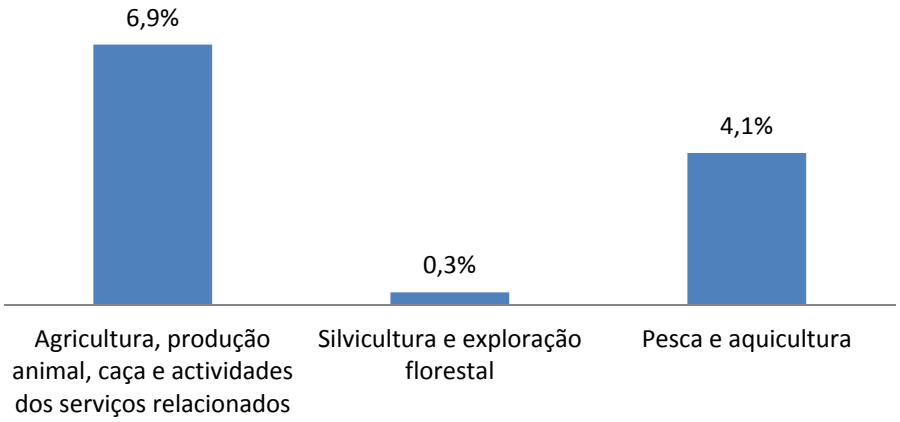

Figura 14 – Sociedades na área da agricultura, produção animal, caça e pesca.

A atividade da pesca nesta zona costeira centra-se na pesca local e costeira – com pequenas embarcações, que não se afastam da costa, utilizando técnicas tradicionais, poucos tripulantes sem meios de conservação do pescado. Verifica-se algumas lacunas neste sector onde parte da frota está envelhecida e as infraestruturas de apoio, como ancoradouros, obsoletas.

O Município de Torres Vedras tem um total de 5 registos em embarcações com licença profissional. Destes, 3 registos são no Porto da Assenta, reportados ao Porto da Ericeira e 2 registos no porto de Porto Novo, reportados ao porto de Peniche. No Município de Lourinhã existem algumas dezenas de registos de embarcações.

Encontramos também neste território um conjunto de pescadores desportivos.

>> ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES

O alojamento e restauração são duas atividades fortes em toda a zona costeira, com uma oferta diversificada ao nível da restauração. O sector de restauração tem evoluído favoravelmente, a par da crescente procura da região para turismo de fim-de-semana, onde se associam outras atividades, como o turismo de natureza e rural e os desportos de ar livre, para as quais a área de intervenção tem excelentes condições.

>> TURISMO, LAZER E CULTURA

Para a prática das atividades de turismo e lazer encontramos na área de intervenção um conjunto significativo de potencialidades: uma costa de 37 km de extensão, de grande valor paisagístico, apresentando praias de qualidade, zonas termais, património histórico-cultural diversificado, excecionais condições para turismo rural ou agro-turismo, proximidade a Lisboa e ao aeroporto, etnografia e boa gastronomia e envolvente rica com valor natural e paisagístico.

A área de intervenção possui ainda infraestruturas e equipamentos de apoio, como o aeródromo municipal de Santa Cruz, condições para a prática de desportos (ténis, golfe, hipismo, etc.), bem como de atividades de artesanato, de pesca e de prática de desportos de ondas e de ar, com agentes económicos no terreno a dinamizar e a enriquecer toda a costa.

Uma das grandes apostas é no turismo sustentável. Santa Cruz tem servido de piloto para a replicação noutras localidades através do programa EcoUrbe, da Rede ECOS. Pretende-se:

constituir o território de Santa Cruz como o primeiro pólo turístico de “emissões zero”, criar um laboratório urbano “vivo", funcionando igualmente como “montra”, que permita desenvolver, experimentar e testar novas tecnologias e conceitos nas áreas da energia e construção sustentável, estimulando a adoção de comportamentos eficientes, a utilização racional de recursos, e a aplicação de sistemas de microgeração a partir de fontes de energia renováveis. Visa ainda atrair e fixar visitantes, profissionais, investidores e recursos humanos qualificados, assim como potenciar a implantação de novas empresas de base tecnológica associadas direta e indiretamente ao sector da energia.

Existe um caminho a explorar que consistirá em aproveitar os recursos endógenos e diferenciadores de toda a área de intervenção, nomeadamente tirar partido dos recursos naturais como as praias, o planalto e o vento, com a promoção continuada de desportos radicais (e.g. windsurf, kitesurf), através de atividades como eventos de competições nacionais e internacionais. Nesse âmbito, nos últimos anos tem aparecido algumas empresas de Animação Turística e Operadores Marítimo Turísticos que contribuem para a criação de valor acrescentado.

No domínio da cultura e recreio, os equipamentos existentes são bastante diversificados, como salas de espetáculos, clubes recreativos, casas do povo e centros paroquiais e grupos ligados à Música, Teatro e Folclore.

Com um património vasto e rico, a Lourinhã destaca-se como um dos locais mais propícios da Europa para a descoberta de fósseis dinossauros do Jurássico Superior.

Para além do dinamismo nesta área proporcionado pelas autarquias, assiste-se cada vez mais a organizações de carácter associativo que enriquecem a região com uma programação vasta e diversificada a nível social e cultural.

>> MOBILIDADE E TRANSPORTES

Rede Viária Estruturante

As estradas com carácter supramunicipal que servem a área do DLBC costeiro são a EN9, que liga Mafra a Torres Vedras e esta a Alenquer, que serve as freguesias litorais de S. Pedro da Cadeira e Silveira (Torres Vedras), e a EN247 que atravessa todo o litoral costeiro da área apresentada, desde a freguesia de S. Pedro da Cadeira a sul até à freguesia da Lourinhã a

norte. Existem em ambos os municípios outras vias municipais estruturantes, entre estradas e caminhos municipais. A autoestrada A8, que liga Lisboa a Leiria dista cerca de 25 minutos de Santa Cruz (Torres Vedras) e 30 minutos da Areia Branca (Lourinhã).

O Transporte Coletivo Rodoviário

A área de intervenção é servida pelos operadores Rodoviária do Tejo, Barraqueiro Oeste e Boaviagem. No município de Torres Vedras opera ainda Mafrense. Devido à existência da Autoestrada A8 na região, diariamente, verifica-se uma forte ligação em movimentos pendulares a Lisboa, com uma distância tempo à capital de 50 minutos desde a Lourinhã e 30 minutos desde Torres Vedras. A Rede de Expressos serve também a cidade de Torres Vedras e Lourinhã.

O Transporte Ferroviário

A oferta mais próxima para a Lourinhã ocorre nas estações do Bombarral e do Outeiro (em Torres Vedras). Para Torres Vedras a oferta mais próxima ocorre em Outeiro, Ramalhal e a estação de Torres Vedras. A estação de Torres Vedras encontra-se no centro da cidade e dista cerca de 15 km de Santa Cruz. Lourinhã dista cerca de 16 Km à estação do Outeiro.

Comboio Turístico - Santa Cruz - Torres Vedras

O comboio turístico funciona na época balnear de 15 de Junho a 15 de Setembro com lotação total de 36 lugares divididos por 2 carruagens.

Figura 15 - Comboio Turístico Santa Cruz - circuito e paragens.

Percursos Pedestres

A área abrangida pela DLBC apresenta uma rede de percursos pedestres que abrange todo o litoral com a Grande Rota da Rede Natura do Oeste - Grande Rota Caminho do Atlântico, GR11, que se estende desde a freguesia de S. Pedro da Cadeira até ao município de Peniche passando por Lourinhã.

Torres Vedras tem ainda a GR30 - Grande Rota Linhas de Torres Vedras, que se estende desde o litoral passando pelo interior do concelho e conectando com os municípios vizinhos que pertencem à Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres.
Na área de intervenção, o município da Lourinhã apresenta três Pequenas Rotas, PR1 - Rota dos Dinossauros, PR2 - Planalto de Cezaredas e PR3 - Pelos Caminhos da Batalha do Vimeiro.

Percursos cicláveis

O município da Lourinhã disponibiliza cerca de 3 km de ciclovia que estabelece a ligação do centro urbano da Lourinhã à Praia do Areal. O município de Torres Vedras apresenta um percurso ciclável desde a cidade de Torres Vedras, passando pela Ecopista junto ao Rio Sizandro, Santa Cruz e terminando em Santa Rita/Porto Novo, numa extensão contínua de 38,44km.

Acessibilidades

A área de intervenção relativa a Torres Vedras tem disponível o Plano de Acessibilidade para o Litoral - Santa Cruz e o Plano Municipal de Acessibilidades.

Litoral Acessível - Praias Acessíveis

A área de intervenção apresenta 10 zonas balneares acessíveis a utentes com mobilidade condicionada, condecoradas com Bandeira Praia Acessível. Estas praias estão apetrechadas com equipamentos e condições que contribuem para que sejam acessíveis a todos os cidadãos: o acesso pedonal fácil; estacionamento ordenado com lugares para as viaturas ao serviço das pessoas com deficiência; acesso à zona de banhos de nível, por rampa ou com recurso a meios mecânicos; passadeiras no areal; sanitários acessíveis e posto de socorros acessíveis.

Figura 16 - Rede de percursos pedestres e cicláveis com incidência na área de intervenção.

D3. Ocupação do Território

>> POVOAMENTO E USO DO SOLO

O território apresenta de um modo geral um elevado grau de ocupação e de dispersão urbanas, muito embora se denotem diferenças sensíveis na concentração e tipo de ocupação em função da localização geográfica. Em certas áreas, predomina um desenvolvimento linear e praticamente contínuo do povoamento urbano. É o caso do eixo urbano que se desenvolve entre a Lourinhã e a Areia Branca, ou, no caso de Torres Vedras, do arco urbano entre Silveira, Santa Cruz e Póvoa de Penafirme.

Noutras áreas, prevalece um povoamento disseminado, constituído por núcleos urbanos de pequena ou média dimensão, de estrutura mais concêntrica e maior afastamento entre si. Este tipo de povoamento é, sobretudo, característico do extremo sul da área de intervenção, correspondente à freguesia de São Pedro da Cadeira.

No que respeita à ocupação do solo, o território de intervenção apresenta um elevado nível de utilização económica, com particular destaque para o turismo e as atividades associadas ao mar e à praia, na zona costeira, e a agricultura, de sequeiro e protegida, a produção florestal e a agropecuária, a que se associam atividades conexas, como as agroindustrias, nos territórios interiores.

Muito embora estas atividades apresentem padrões de localização muito diferenciados, determinam, no seu conjunto, uma ocupação muito extensa e uniforme do território, não se denotando fenómenos significativos de territórios incultos ou abandonados.

A área de intervenção apresenta uma grande proliferação de praias e pontos de interesse ao longo de toda a linha costeira. Assiste-se, todavia, a uma concentração de funções nos principais aglomerados costeiros (Areia Branca e Santa Cruz), estando a oferta muito focada no produto sol e mar, complementada com o turismo residencial, na sua componente não hoteleira (2ª residência), e com a náutica de recreio. Neste campo, merece destaque o complexo turístico das Águas do Vimeiro, que se desenvolve ao longo do Vale do Alcabrichel e a sua foz. Este complexo, de enorme potencial e enquadramento paisagístico único, disponibiliza uma oferta turística diversificada que inclui a hotelaria, termas, golfe, hipismo, abrangendo entre outros, os produtos turísticos “sol e mar”, “saúde e bem-estar”, “golfe” e de “negócios”.

No domínio das infraestruturas náuticas, a área de intervenção não possui "portas de mar", entendidas como infraestruturas de grande dimensão, como portos de recreio ou marinas, nem as características físicas da linha de costa permitem, ou aconselham, a sua criação.

Existem, no entanto pequenos ancoradouros, localizados em Paimogo, Porto das Barcas e Porto Dinheiro, na Lourinhã, e Porto Novo e Assenta, em Torres Vedras, que desempenham um papel absolutamente essencial no apoio à pesca artesanal e desportiva, assim como à náutica de recreio, contribuindo para a diversificação e qualificação da oferta turística da região.

Figura 17 – Porto de Pesca da Assenta (Torres Vedras).

>> PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO E ARQUITETÓNICO

A área de intervenção é rica em valores patrimoniais. Não obstante a maioria das ocorrências não dispor de classificação formal (no quadro da Lei de Bases do Património), encontra-se protegida através dos planos municipais de ordenamento do território, em particular dos PDM.

O património classificado na área de intervenção é o seguinte:

Forte (ruínas) no lugar de Paimogo – União das freguesias da Lourinhã e Atalaia

Imóvel de Interesse Público, o Forte de Nossa Senhora dos Anjos de Paimogo foi construído no contexto de guerra contra Espanha, após a proclamação da Independência de Portugal em 1640. Ao que tudo indica, a sua construção estaria concluída em 1674, sendo o forte de planta quadrangular, reforçada nas extremidades por guaritas de secção circular, cobertas por abóbada cónica.

Figura 18 – Forte de Paimogo - Lourinhã

Antiga Igreja matriz da Lourinhã – União das freguesias da Lourinhã e Atalaia

Figura 19 – Igreja de Santa Maria do Castelo.

Classificada como Monumento Nacional, a Igreja de Santa Maria do Castelo encontra-se num local onde os árabes haviam construído um castelo. É um monumento gótico da segunda metade do séc. XIV, com duas fases de construção, sendo a primeira atribuída a D. Jordan, 1º donatário da Lourinhã, e a segunda a D. Lourenço Vicente, Arcebispo de Braga, natural da Lourinhã e seu donatário.

Igreja matriz da Lourinhã – União das freguesias da Lourinhã e Atalaia

Classificada como Monumento Nacional, a Igreja de Santo António pertenceu ao convento dos Franciscanos, fundado em 1589. A Igreja ficou totalmente edificada em 1619, quando foram transferidas as sepulturas da velha igreja para a nova, de estilo clássico.

Figura 20 – Igreja Matriz da Lourinhã.

Duas grutas situadas junto a Maceira – União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira

Figura 21 – "Duas grutas junto a Maceira" – Torres Vedras.

Classificadas com Imóvel de Interesse Público, as grutas, mais vulgarmente conhecidas por "Lapa da Rainha", são bons exemplos da presença de uma ocupação humana na zona que remonta à mais alta antiguidade (Paleolítico – Solutrense), representada pela presença de indústria lítica, assim como de restos de fauna, tendo sido ainda encontrados corantes utilizados em pinturas e, muito provavelmente, em tatuagens corporais.

Ruínas do Convento de Penafirme – União das freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira

Imóvel de Interesse Público, a fundação primitiva do Convento de Penafirme remonta a 840, tendo o edifício sido reedificado, no século XII. Após a extinção das ordens religiosas, o convento foi votado ao abandono, e a sua proximidade do mar acelerou o processo de degradação do edifício, restando hoje apenas algumas ruínas. No entanto, na estrutura que ainda subsiste pode distinguir-se a planimetria do templo quinhentista, bem como do claustro e das dependências conventuais.

Figura 22 – Convento Velho de Penafirme.

Azenha de Santa Cruz – freguesia da Silveira

Imóvel de Interesse Público, a Azenha de Santa Cruz foi edificada no século XVI e laborou até meados do séc. XX. A primeira referência que lhe é conhecida nomeia-a como azenha de Santa Cruz de Ribamar, em alusão à arriba marítima na qual se implanta. Para além do valor histórico e das peculiaridades arquitetónicas da azenha, esta representa ainda um importante testemunho social, económico e cultural da região.

Figura 23 – Azenha de Santa Cruz.

D4. Ambiente Natural

>> UNIDADES TERRITORIAIS

A área de intervenção encontra-se compartimentada em várias unidades territoriais. Não obstante existirem diferenças sensíveis na abordagem metodológica prosseguida por cada município à definição e caracterização destas unidades, elas constituem-se como uma síntese relevante das principais características destes territórios.

Concha de Paimogo (Lourinhã)

A subunidade Concha de Paimogo caracteriza-se por um relevo ondulado suave ocupado por campos agricultados que se estendem quase até à crista da arriba o que cria uma relação visual muito forte com o mar ao longo de toda esta área criando uma paisagem de elevada qualidade cénica. A presença do Forte de Paimogo, elemento patrimonial e cultural de referência no concelho da Lourinhã e o património paleontológico presente nas arribas litorais desta subunidade atribuem a esta paisagem um carácter único no concelho.

Figura 24 – Faixa litoral junto a Paimogo (Fonte: revisão do PDM da Lourinhã).

Do ponto de vista da ocupação do solo, as parcelas agrícolas intercalam-se com pequenas áreas de vegetação natural, muitas delas decorrentes do abandono da agricultura. As parcelas têm dimensão média superior às da metade sul desta unidade e, a presença visual da compartimentação da paisagem não é um elemento tão marcante do seu carácter como na restante área da unidade.

Concha de Peralta (Lourinhã)

Esta subunidade, delimitada entre a praia do mesmo nome e várzea do Rio Grande a norte, corresponde à metade norte da bacia de drenagem natural da linha de água que sulca a arriba na Praia de Peralta. Caracteriza-se pela presença de um relevo ondulado moderado que cai abruptamente para o mar, tendo uma posição de miradouro privilegiado para o mar e para norte e norte do concelho.

Figura 25 – Terrenos agricultados até à crista da arriba (Fonte: revisão do PDM da Lourinhã).

É uma subunidade caracterizada pela presença de edificação que já extravasa o núcleo original, observando-se a existência de novas construções muito próximas da linha de costa, salientes face ao terreno natural. Este facto evidencia uma nova dinâmica que pode descaracterizar a longo prazo esta área da faixa costeira. As parcelas agrícolas são extensas e têm nesta unidade um formato irregular mais alongado, criando uma paisagem bucólica que interliga os campos com o mar.

Concha de Porto das Barcas (Lourinhã)

Esta subunidade é delimitada entre a praia do mesmo nome e a praia de Porto Dinheiro a sul, estando associada à bacia de drenagem das duas linhas de água que cortam a arriba nesses pontos. Tal como a subunidade anterior, apresenta um relevo ondulado moderado e diferencia-se da anterior por ser uma unidade "fechada" do ponto de vista visual, ou seja, apenas permite visualizações dentro dos seus limites e para o mar.

Figura 26 – Extensões do edificado (Fonte: revisão do PDM da Lourinhã).

A edificação localiza-se ao longo da cumeada, de forma contínua estendendo-se por vezes ao longo de estradas secundárias perpendiculares à linha de costa e em parcelas agrícolas de intensa exploração. Nas traseiras do edificado pratica-se uma agricultura estruturada, produtiva e compartimentada por sebes que se estende quase até ao limite da arriba.

Concha de Porto Dinheiro-Valmitão (Lourinhã)

Esta subunidade, delimitada entre as praias do mesmo nome e a EN247 a nascente, abrange as duas bacias de drenagem associadas às linhas de água que dão origem às praias de Porto Dinheiro e Valmitão. Apresenta um relevo ondulado moderado e diferencia-se da subunidade anterior por apresentar um carácter rural mais marcado, associado a uma ocupação edificada, controlada localizada, também ao longo da linha de cumeada e com estruturação linear, mas mais afastada da linha de costa.

Figura 27 – Compartimentação agrícola junto a Porto Dinheiro (Fonte: revisão do PDM da Lourinhã).

As parcelas agrícolas são também compartimentadas por sebes, assumindo contudo formatos distintos consoante a sua localização. Apesar de predominarem as formas alongadas, a sul da Praia de Porto das Barcas, existe uma área onde as parcelas assumem a forma de quadrilátero, a qual associada à única mancha florestal com dimensão considerável na faixa litoral da Lourinhã contribui para a existência de uma paisagem com características distintas. Junto à praia de Valmitão, as parcelas agrícolas apresentam uma forma mais alongadas que o habitual e com uma orientação ligeiramente distinta, facto que pode estar associado não só aos ventos dominantes mas também às características dos solos nesta área.

Vale do Alcabrichel (Torres Vedras)

Situado na freguesia de A-dos-Cunhados|Maceira, desenvolve-se ao longo da bacia aluvionar do rio Alcabrichel até ao mar, compreendendo as praias de Porto Novo, encaixada em plena foz do rio, e de Santa Rita norte e sul, caracterizadas pelos seus extensos areais e sistemas dunares ainda relativamente preservados.

Apresenta um relevo ondulado e irregular, marcado pelas formações rochosa das Escarpas da Maceira, estrutura geológica de grande beleza natural e imponência, classificada pelo PROTOVT como Paisagem Notável. Todo o vale é de uma beleza paisagística e natural únicas, nele se integrando ainda de forma harmoniosa elementos edificados, como o Balneário da Fonte dos Frades, parte integrante do complexo termal do Vimeiro.

Figura 28 – Rio Alcabrichel e Escarpas da Maceira.

O povoamento desenvolve-se longe da linha de costa, com exceção dos pequenos núcleos edificados de Porto Novo, junto à foz, e de Santa Rita, na encosta atlântica das escarpas.

Predomina a horticultura na faixa mais litoral e a pecuária de pequena dimensão e a produção florestal no setor mais interior.

Santa Cruz (Torres Vedras)

Compreende o planalto central litoral do concelho de Torres Vedras, que se desenvolve até à linha de costa entre os vales dos rios Alcabrichel e Sizandro. Apresenta uma estrutura de povoamento fortemente concentrada num arco urbano que se desenvolve entre Casalinhos de Alfaiata, a sueste, até à Bombardeira, a nordeste, tendo no seu segmento central Santa Cruz.

Figura 29 – Santa Cruz.

Este arco urbano forma no seu interior uma bolsa agrícola e florestal onde se concentra a maioria da produção hortícola do concelho, de importância absolutamente estratégica para o concelho. Regista-se ainda uma presença significativa de atividade pecuária e de produção florestal.

Trata-se de um território de relevo suave, profundamente humanizado, onde as funções urbanas desempenham um papel importante, não só decorrente da concentração populacional existente como do contexto balnear de Santa Cruz, que se traduz numa presença significativa de comércio e serviços, e de atividades associadas ao turismo e lazer, como a hotelaria, restauração e alojamento local, este último de forte implantação.

Vale do Sizandro (Torres Vedras)

Compreende o corredor do rio Sizandro até à sua foz e alarga-se até às zonas de fronteira às zonas de fronteira com as principais unidades territoriais adjacentes: a norte, o sistema urbano de Santa Cruz; a nascente e sul, a cintura peri-urbana constituída pelos aglomerados urbanos que se desenvolvem ao longo do eixo rodoviário principal; a poente, o Oceano Atlântico.

O Rio Sizandro assume-se como elemento agregador e determinante na estruturação desta unidade territorial. A baixa aluvionar é constituída por solos agrícolas de boa qualidade.

Figura 30 – Vale do Rio Sizandro.

O litoral é formado pelas praias da Foz do Sizandro e Azul e apresenta-se particamente despovoado, o que realça a beleza natural do sítio. Predominam os sistemas dunares e terrenos sem grande aproveitamento agrícola.

No interior, pelo contrário, predomina o uso agrícola, que forma um mosaico agrícola de pequena estrutura fundiária, tendo o rio como elemento diretor.

Mosaico Agrícola de Cambelas

O designado mosaico agrícola de Cambelas corresponde ao planalto agricultado que abrange a quase totalidade da fachada atlântica da freguesia de São Pedro da Cadeira, entre o núcleo edificado das Gentias, a norte e a Assenta, a sul.

Figura 31 – Mosaico agrícola de Cambelas.

Trata-se de uma paisagem agrícola tradicional constituída por pequenas parcelas de forma regular, pontualmente protegidas dos ventos por elementos naturais, que se estende pelo planalto até à crista das arribas, proporcionando um cenário único de ligação entre o mundo rural e o mar. A linha de costa é marcada por arribas abruptas e imponentes e pela quase inexistência de praias ou areais, constituindo exceções os pequenos areais que formam as praias de Cambelas e Assenta Sul.

Figura 32 – Arribas junto a Cambelas.

A zona mais litoral é pontuada por núcleos urbanos de pequena dimensão, de povoamento concentrado. A estrutura fundiária é caracterizada por propriedades de pequena dimensão, e predominam setores da agricultura e da pecuária, muito embora esta seja constituída por explorações de pequena e média dimensão, sem impacte ou concentrações relevantes.

>> PRAIAS

O litoral da área de intervenção compreende mais de três dezenas de praias, abrangendo a totalidade das tipologias funcionais: desde as praias selvagens, de acesso restrito ou interdito, às praias urbanas de alta densidade de ocupação.

Figura 33 – Praia de Porto das Barcas

Figura 34 – Praia de Porto Dinheiro.

De comum à generalidade das praias existe a altíssima qualidade ambiental das mesmas, decorrente da implementação de políticas de gestão integrada das zonas costeiras e de sustentabilidade dos destinos turísticos.

Figura 35 – Praia da Peralta.

Figura 36 – Praias de Santa Rita.

Bandeira azul: 12 praias - Areia Branca, Areal Sul e Porto Dinheiro (Lourinhã)**;** Santa Rita Norte, Santa Rita Sul, Navio, Mirante, Pisão, Centro, Santa Helena, Formosa e Azul (Torres Vedras).

Figura 37 – Praias de Santa Cruz.

Figura 38 – Praia Azul.

Praia Acessível: 10 praias – Areia Branca, Areal Sul, Peralta e Valmitão (Lourinhã); Santa Rita Norte, Santa Rita Sul, Navio, Centro, santa Helena e Foz do Sizandro (Torres Vedras).

Praia Qualidade de Ouro: 16 praias - Areia Branca, Areal Sul, Peralta, Porto Dinheiro e Valmitão (Lourinhã); Santa Rita Norte, Santa Rita Sul, Amanhã, Navio, Mirante, Pisão, Física, Centro, Santa Helena, Formosa e Azul (Torres Vedras).

Quality Coast - Distinção atribuída à Região Oeste Portugal, reconhecendo-a, internacionalmente, como um destino turístico atrativo, de qualidade, com esforços demonstrados na procura da sustentabilidade.

Figura 39 – Relação das praias existentes na área de intervenção.

>> SISTEMA AMBIENTAL

O sistema ambiental compreende as áreas e os corredores de valor natural e ecológico que integram a estruturas ecológicas municipais e a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA).

Estrutura ecológica municipal

As estruturas ecológicas municipais compreendem as áreas que contribuem para a sustentabilidade dos territórios municipais. Integram as áreas com interesse paisagístico, para a conservação da natureza, para o regime hidrológico e para proteção do recurso solo, assim como os sistemas biofísicos com servidão legal instituída como a RAN, REN, a Rede Natura 2000 e as áreas abrangidas pelo domínio hídrico, cujos regimes estão estabelecidos na respetiva legislação em vigor. A nível territorial, e de um modo geral, esta estrutura integra toda a linha de costa compreendia pelas praias, sistemas dunares e arribas, as baixas aluvionares das principais linhas de água, os corredores de proteção das restantes linhas de águas e as áreas, corredores ou formações geológicas de especial interesse e importância.

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA)

A ERPVA tem como propósito delimitar e assegurar a proteção de uma rede de áreas e corredores considerados fundamentais para a sustentabilidade ecológica e ambiental do modelo de desenvolvimento regional definido pelo PROTOVT. Na área de intervenção identificam-se as seguintes áreas e corredores:

Tabela 4 - Incidência da ERPVA na área de intervenção.

ERPVA – Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental			
Rede Primária	Áreas Nucleares Estruturantes (ANE)	Rede Natura 2000 (Sítio Peniche|Santa Cruz) (Lourinhã e Torres Vedras)	
		Rede Natura 2000 (Sítio Sintra|Cascais) (Torres Vedras)	
	Corredores Ecológicos Estruturantes (CEE)	Corredor Litoral (5Km) (Lourinhã e Torres Vedras)	
Rede Secundária	Áreas Nucleares Secundárias (ANS)	S/ocorrências	
	Corredores Ecológicos Secundários (CES)	Corredor do Rio Alcabrichel (2Km)	
		Corredor do Rio Sizandro (2Km)	
Rede Complementar	Áreas Ecológicas Complementares (AEC)	Paisagens Agrícolas de Elevado Interesse (Lourinhã e Torres Vedras)	
		Paisagens Notáveis	Escarpas da Maceira
			Mosaico Agrícola de Cambelas
	Corredores Ecológicos Complementares (CEC)	Corredor do Rio Toxofal	
		Corredor do Rio Grande (Torres Vedras e Lourinhã)	

Rede Natura

A área de intervenção encontra-se abrangida por dois Sítios de Importância Comunitária (SIC) da Lista Nacional:

- **SIC Sintra/ Cascais (PTCON0008),** criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de agosto;
- **SIC Peniche/ Santa Cruz (PTCON0056),** criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho.

O **Sítio Peniche/Santa Cruz** abrange uma ampla faixa costeira, que se caracteriza pela alternância entre sistemas dunares e falésias. Ambos os tipos de substrato apresentam comunidades vegetais bem estruturadas, em bom estado de conservação e com elencos florísticos relevantes, contendo diversos elementos que atingem no Sítio o limite setentrional das suas áreas de ocorrência.

Constituem-se como fatores de ameaça, a pressão urbanística e turística, incluindo as infraestruturas associadas; extração de areias das dunas; destabilização e aumento da erosão das arribas através de acessos desordenados e de atividades agrícolas na proximidade da crista; pressão de recreio e de acessibilidade às praias exercida sobre os sistemas dunares; expansão de espécies de vegetação infestante.

O **Sítio Sintra/Cascais** caracteriza-se, a norte, por uma faixa costeira em que as falésias rochosas e as arribas brandas vão alternando com praias arenosas, mais ou menos extensas e estreitas, até à foz do rio Sizandro. A partir desta faixa e para o interior desenvolve-se uma área agrícola de pequenas parcelas compartimentadas por muros de pedra seca e sebes de cana, de caniço ou de tamargueira.

Constituem-se como fatores de ameaça, a pressão turística e urbana; a colheita de espécies vegetais ameaçadas; a introdução e expansão de vegetação não autóctone e invasora; e a captura ilegal de cágados e de outras espécies.

Rede Hidrográfica

A área de intervenção integra-se no sistema hidrográfico das Ribeira do Oeste. De acordo com o respetivo Plano de Bacia (DR nº16-B/2013, de 22/03), a área de intervenção integra três grandes bacias: Ribeiras Costeira do Oeste, Rio Alcabrichel e Rio Sizandro.

Ribeiras Costeiras do Oeste

Trata-se de uma bacia que se estende por toda a região hidrográfica. Integra os rios Grande e Toxofal no concelho da Lourinhã.

Apesar da predominância da ocupação por áreas florestais e agrícolas, a dinâmica territorial está associada ao crescimento dos territórios artificializados, sobretudo, a Sul, mais perto da Área Metropolitana de Lisboa.

As necessidades de água em termos absolutos são as mais elevadas da região, o que se justifica pelo facto desta bacia ser a mais povoada e uma das que apresenta maiores áreas regadas. Consequentemente, os sectores responsáveis pelos maiores consumos de água são o urbano e a agricultura.

Figura 40 – Ribeiras costeiras do Oeste (Fonte:PBHRO)

Rio Alcabrichel

A bacia Rio Alcabrichel caracteriza-se por apresentar a menor densidade populacional de toda a bacia hidrográfica das ribeiras do Oeste. Nesta bacia, de carácter predominantemente rural, a dinâmica territorial recente evidencia um aumento das áreas urbanas e artificializadas em detrimento das áreas agrícolas. Nesta bacia localiza-se parte da zona protegida (SIC) Peniche/Santa Cruz.

As necessidades de água, tanto em termos absolutos, como por unidade de área, são as mais baixas da bacia. Ainda assim, os sectores com maiores consumos de água são a agricultura e o urbano.

Figura 41 – Bacia do Ria Alcabrichel (Fonte: PBHRO)

Rio Sizandro

A bacia Rio Sizandro é predominantemente ocupada por áreas agrícolas bastante fragmentadas, sendo constituída, na sua maioria, por mosaicos de vinhas e culturas anuais. É uma das sub-bacias mais afetadas pelas cheias, contribuindo para tal o elevado caudal que com alguma frequência ocorre no rio Sizandro, apesar das limpezas periódicas e correções do traçado. De entre os concelhos mais afetados destaca-se o concelho de Torres Vedras.

Os setores urbano e agrícola são os responsáveis pelos maiores consumos de água. De acordo com o balanço, verifica-se que as disponibilidades são superiores às necessidades.

Figura 42 – Bacia do Rio Sizandro (Fonte: PBHRO)

D5. Análise SWOT

Apresenta-se de seguida uma matriz SWOT, que deriva da identificação dos termos ingleses *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças) que permite a sistematização da análise de contexto efetuada nos subcapítulos anteriores).

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Pessoas e Comunidade	• Forte sentido identitário das comunidades locais • Território com boa densidade populacional • Relação forte e estreita entre as pessoas e o seu território	• Baixos níveis de qualificação escolar e profissional • Falta de envolvimento e participação cívica das pessoas • Deficiente funcionamento das estruturas em rede	• Criação de redes de conhecimento entre os vários atores do mar e costeiros • Crescente importância dos processos participativos e de políticas *bottom-up* • Maior consciência cívica das comunidades	• Resistência à cooperação e trabalho em rede • Envelhecimento e estagnação demográficos • Desemprego
Atividades Locais	• Dinamismo e pujança económica de alguns setores económicos locais • Apoio institucional forte • Qualidade dos produtos endógenos • Proximidade a Lisboa e ao mercado da área metropolitana	• Falta de organização do setor da pesca, nomeadamente no que respeita à capacidade de gestão e de inovação; • Oferta hoteleira escassa • Alojamento turístico de baixa qualidade, centrado na 2ª residência e no alojamento local • Deficientes estruturas de apoio à atividade da pesca	• Ligação com centros de investigação e instituições do SCT ligados ao Mar • Crescente importância da aquicultura • Desenvolvimento de novos produtos e serviços • Reforço do turismo náutico, da náutica de recreio e de atividades desportivas • Ressurgimento económico e social da pesca e do mar • Aparecimento de projetos de turismo sustentável de qualidade • Crescente visibilidade e importância de eventos como o Ocean Spirit	• A sazonalidade do turismo • Poluição das linhas de água • Concorrência de outras zonas balneares e costeiras • Burocracia e entraves ao funcionamento de algumas actividades económicas • Requisitos legais desajustados da realidade local de certas actividades económicas
Ocupação do Território	• Património histórico e cultural rico e diversificado • Praias de grande qualidade • Boas acessibilidades • Inexistência de fenómenos relevantes de abandono do território • Existência de um aeródromo	• Atividades económicas desqualificadoras da paisagem, como estufas • Dispersão urbana • Modelo de mobilidade pouco amigo do ambiente	• Crescente procura pelo património histórico e cultural local • Recurso solo disponível • Território capaz de atrair e absorver novas atividades e agentes económicos	• Pressão urbanística sobre a zona costeira • Indefinições e contradições entre as estratégias regionais e setoriais que enquadram o ordenamento do território
Ambiente Natural	• Orla costeira extensa, com 37 Km • Orla costeira de grande valor natural e paisagístico • Paisagens rurais de grande interesse • Condições naturais e climáticas propícias à náutica de recreio e desportos de ondas e vento	• Clima instável, pouco atractivo para o turismo de sol e praia • Deficiente proteção das arribas e sistemas dunares • Deficiente conhecimento científico e público dos valores ambientais existentes	• Crescente importância económica dos valores naturais e ambientais • Região reconhecida e distinguida como um destino de excelência ambiental • Emergência da economia verde e do mar	• Sobreexploração dos recursos marinhos • Erosão costeira • Subida do nível do mar • Desqualificação da paisagem devido a usos agrícola

Figura 43 – Análise SWOT da área de intervenção.

E. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

E1. Visão

Tendo em conta a análise de contexto efetuada no capítulo anterior, os contributos obtidos no processo de envolvimento das comunidades locais e as perspetivas de futuro desejado, que se encontram esboçadas em vários documentos com orientações de nível estratégico, é possível delinear para o território de intervenção a seguinte visão de futuro:

A concretização desta visão exige um conciliar de interesses, a formação de parcerias e a exploração de soluções inovadoras o que implica, necessariamente, o desenvolvimento de consensos entre todos. Neste quadro de "mudança de paradigma" ascendente, identificam-se forças e potencialidades nas comunidades locais que inspiram à construção de uma verdadeira estrutura de proximidade e cooperação entre todos os atores com responsabilidade e interesse no desenvolvimento deste território.

Esta visão norteou a definição dos objetivos estratégicos e específicos da intervenção da parceria **ecoMAR,** a partir dos quais se desenvolverá o programa de ação.

E2. Princípios e Objetivos Estratégicos

As transformações económicas, sociais, culturais, urbanísticas e ambientais a que os territórios, hoje, se encontram sujeitos, conferem à disciplina de planeamento estratégico um papel marcante e fundamental, nomeadamente face à necessidade de definir grandes opções de desenvolvimento territorial, sectorial e temporal que se afigurem realistas, sustentáveis, exequíveis e com potencial de replicabilidade.

Na definição da proposta de estratégia para o território de incidência aposta-se numa abordagem integrada e centrada nos aspetos dominantes representativos da identidade das comunidades piscatórias e costeiras e dos recursos específicos que caracterizam este território. Pretende-se uma estratégia catalisadora de ações e mobilizadora de vontades que seja regeneradora das relações sociais e do espaço físico.

Assim, os princípios e os objetivos estratégicos que suportam a Estratégia de Desenvolvimento Local têm origem numa visão de futuro do território partilhada pela parceria **ecoMAR** e refletem, na sua génese, o conhecimento adquirido e as conclusões extraídas das fases de caracterização e diagnóstico da área de intervenção, os resultados das reuniões ocorridas entre os todos os parceiros e, ainda, o sistema de valores que enquadram hoje o planeamento estratégico.

>> PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Integração: o incremento de operações locais de desenvolvimento integrado faz-se através da congregação dos meios e recursos das comunidades locais, garantido a subsidiariedade e a agilidade de atuação.

Articulação: a articulação da ação dos diferentes parceiros com intervenção relevante tanto ao nível da sua esfera de atuação como no âmbito territorial processa-se através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades.

Participação: a mobilização de todas as capacidades institucionais e da sociedade civil local para o desenvolvimento de abordagens integradas participativas fortalece o sentido de envolvimento e a propriedade das comunidades para dar resposta a desafios territoriais e locais que impliquem uma alteração estrutural.

Inovação: a mudança de atitudes e de culturas institucionais e a aquisição de novos saberes e de capacidade comunitária promove a inovação social nos processos de trabalho, nas práticas e nos modelos de intervenção.

Capacitação: o reforço das capacidades e do conhecimento dos parceiros sociais e económicos, bem como dos intervenientes da sociedade civil, é condição fundamental para a criação de comunidades ativas em matéria do desenvolvimento local.

>> OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos (OE) que agora se enunciam são o resultado da ponderação de diferentes fatores, tendo como fim último a definição de uma estratégia de intervenção de desenvolvimento local capaz de incidir, de forma operativa, sobre o conjunto vasto de desafios e potencialidades que se colocam atualmente às comunidades costeiras da área de intervenção e que foram identificados na análise SWOT (subcapítulo D5).

OE1: DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA DE BASE PESQUEIRA E COSTEIRA

A diversificação das atividades económicas e a densificação do tecido empresarial nas comunidades costeiras de Torres Vedras e Lourinhã são essenciais para um desenvolvimento económico sustentável.

Não só é necessário criar condições para que novas micro e pequenas empresas ligadas ao setor das pescas e aquicultura, investigação, turismo, recreio e lazer se estabeleçam e ofereçam novos produtos, como é fundamental reforçar a capacidade e a competitividade do tecido empresarial pesqueiro local, através da criação de produtos competitivos à escala nacional e internacional.

É necessário retirar partido:

a) Da diversidade e da qualidade dos recursos naturais existentes no território marinho e terrestre (qualidade e diversidade de espécies e qualidade das águas costeiras), criando condições para aumentar a sua exploração sustentável, a produtividade e a rentabilidade;

b) Da riqueza dos recursos culturais, patrimoniais e arqueológicos (paisagem, gastronomia, enologia, celebrações, artesanato, icnofósseis, entre outros);

c) Da localização geográfica e boa rede de acessibilidade a Lisboa, Porto e Espanha, ou seja, próximo de importantes mercados.

e) Da crescente procura de atividades de recreio, lazer e desporto ligadas às ondas e vento (surf, bodyboard, kitsurf, windsurf, skimming surf), pesca desportiva, mergulho, observação de aves e passeios de barco, essenciais para a diversificação dos negócios do mar.

A diversificação e modernização do setor pesqueiro, a aposta na qualidade dos produtos do mar, as cadeias curtas de distribuição, o reforço do associativismo e redes de parceria e a oferta de novos produtos ligado aos ambiente e turismo, constituem os alicerces para o sucesso económico e melhoria da qualidade de vida das comunidades costeiras abrangidas.

OE2: PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM ESPAÇO MARÍTIMO

Um "crescimento azul" assente na perspetiva de aproveitar o potencial "inexplorado" dos oceanos, mares e zonas costeiras para um crescimento económico sustentável e a criação de emprego implica o desenvolvimento de estratégias de inovação, envolvendo as empresas tradicionais e trazendo novas empresas de base tecnológica. Assim a EDL deverá promover a inovação para:

a) O conhecimento do espaço marítimo;

b) O desenvolvimento de novos produtos do mar e a promoção da exploração e integração dos recursos marinhos endógenos. O aparecimento de novas atividades e segmentos de negócio (aquicultura, etc.) e a criação de valor para os subprodutos;

c) A utilização de artes de pesca que permitam aumentar a sustentabilidade ambiental e a captura de espécies mais valorizadas pelo mercado;

d) A sensibilização do consumidor final para o consumo de produtos marinhos de origem local;

e) O aparecimento de novos conceitos de projetos turísticos.

É igualmente necessário, capacitar e qualificar a comunidade piscatória e costeira através de ações de qualificação escolar e profissional relacionadas com os assuntos do mar. A cooperação com outros GAL- Pesca, o estudo de casos de boa prática, workshops, visitas de estudo, cursos, e outras atividades ligadas ao mar, devem ter como objetivo principal a melhoria das competências e da capacidade de adaptação dos agentes do setor.

OE3: PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS E DO AMBIENTE

A proteção, conservação, valorização e restauro do património natural, cultural e construído associado ao espaço marítimo e costeiro é um dos objetivos centrais da EDL. A ótica da promoção da biodiversidade marítima e costeira, a proteção e conservação dos ecossistemas em equilíbrio e o restauro dos ecossistemas viáveis são elementos basilares para a diversificação e competitividade da atividade económica.

A criação de áreas protegidas marinhas e costeiras de âmbito local, não só permitem proteger e restaurar os ecossistemas vitais para uma pesca sustentável de elevado valor agregado como permitem criar novas oportunidades de negócio associando o ambiente e o turismo.

É importante a realização de uma estratégia de comunicação e marketing com vista à promoção do património, natural, cultural e construído e dos produtos e serviços locais, não só para a população diretamente abrangida como junto dos territórios potencialmente consumidores.

A criação de um "plano de mar" para áreas a serem consideradas como "Aldeias de Mar" ou "ecoAldeias do Mar", pretende aumentar a qualidade de vida; valorizar a identidade cultural e promover a autoestima; promover novas atividades e novas ofertas; e promover relações de articulação e complementaridade com outras aldeias de mar, criando valor acrescentado e emprego para as populações costeiras e em particular para as comunidades piscatórias.

OE4: AFIRMAÇÃO DOS DESPORTOS NÁUTICOS E DE VENTO

A zona costeira e marítima de Torres Vedras e Lourinhã tem condições excecionais para uma afirmação nacional e internacional no setor da náutica de recreio, desportos de ondas e vento.

A EDL aposta num crescimento de um turismo de sol e mar associado às atividades náuticas, com destaque especial para os desportos de ondas e vento (como o surf, windsurf, kitesurf, puddle surf, skimming, vela), o mergulho, a pesca desportiva e a observação de aves.

De forma a incutirmos nas crianças e jovens o conhecimento e a aptidão para as atividades náuticas inclui-se neste objetivo o desenvolvimento de condições para a prática do desporto náutico junto da comunidade escolar.

Pretende-se igualmente territórios e comunidades mais inclusivas com a generalização do acesso ao desporto através da criação de condições para a prática e oferta de desportos náuticos adaptados.

Inclui-se ainda neste objetivo estratégico a promoção de uma cultura oceânica com várias atividades culturais ligadas aos desportos náuticos e de vento, como festivais, workshops, congressos, entre outros, que contribuam para a projeção do território para o exterior.

Estes quatro objetivos estratégicos, que consubstanciam a Estratégia de Desenvolvimento Local, estabelecem relações de complementaridade entre si e no seu conjunto contribuem, através da concretização de linhas de ação, para o alcance da visão de futuro delineada pela parceria **ecoMAR**.

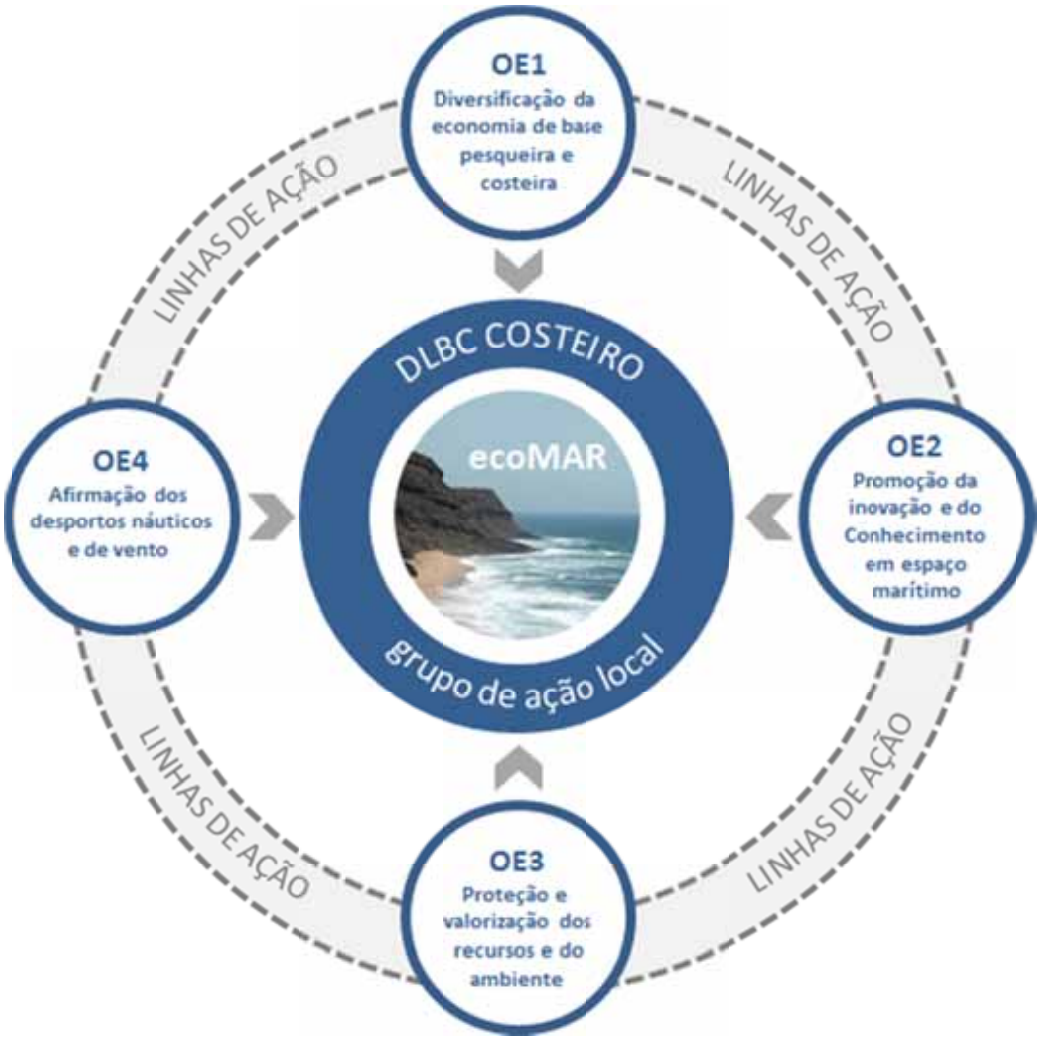

Figura 44 – Esquema da Estratégia de Desenvolvimento Local do ecoMAR.

>> OBJETIVOS ESPECÍFICOS E MEDIDAS A MOBILIZAR

Os quatro objetivos estratégicos (OE), anteriormente descritos, repartem-se em oito objetivos específicos que dão substância ao plano de ação que é concretizado pela aplicação das medidas de apoio (áreas de intervenção/tipologias de ação) previstas no Programa Operacional MAR 2020 (FEAMP) e no Programa Operacional Regional do Centro – CENTRO 2020 (FESER e FSE).

OE1: DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA DE BASE PESQUEIRA E COSTEIRA

Este objetivo estratégico é constituído por dois objetivos específicos:

OE 1.1 Reforçar a competitividade dos setores da pesca e da aquicultura, onde se incluem as ações direcionadas para a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, incluindo a promoção do empreendedorismo focado na economia do mar; a construção, recuperação e modernização de equipamentos e pequenas infraestruturas relacionados com a pesca e a aquicultura; e a implementação de circuitos curtos de distribuição e comercialização.

OE 1.2 Diversificar e reestruturar as atividades económicas de base local, onde se incluem as ações relacionadas com a promoção do turismo sustentável nas zonas costeiras e a criação e modernização das atividades económicas de base local.

Para a concretização destes objetivos o **ecoMAR** pretende dar resposta às áreas de intervenção "*Reforço da competitividade da pesca*"; "*Desenvolvimento do turismo em espaço aquático*"; "*Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais*"; e "*Promoção de produtos locais de qualidade*" do Programa Operacional MAR 2020. Estes objetivos darão ainda resposta às tipologias de ação "*Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas*" e "*Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho*", ambos do Programa Operacional Regional do Centro.

OE2: PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO E DO CONHECIMENTO EM ESPAÇO MARÍTIMO

Este objetivo estratégico é constituído por dois objetivos específicos:

OE 2.1 Promover a Inovação e a Investigação Científica e Tecnológica, onde se incluem as ações direcionadas para a valorização dos recursos locais e para a promoção da investigação científica e tecnológica.

OE 2.2 Disseminar o conhecimento nos domínios do mar e das zonas costeiras, onde se incluem as ações relacionadas com a criação de Centros de Conhecimento (ex. Centro para a Sustentabilidade do Mar e Zonas Costeiras e Centro de Interpretação da Meteorologia/ Climatologia) e a formação e qualificação dos agentes dos sectores das pescas e de outros interessados nos domínios do mar e das zonas costeiras.

Para a concretização destes objetivos o **ecoMAR** pretende dar resposta às áreas de intervenção "*Promoção de produtos locais de qualidade*"; "*Inovação em espaço marítimo*"; e "*Qualificação escolar e profissional*" do Programa Operacional MAR 2020. Estes objetivos darão ainda resposta à tipologia de ação "*Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas*" do Programa Operacional Regional do Centro.

OE3: PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS E DO AMBIENTE

Este objetivo estratégico é constituído por dois objetivos específicos:

OE 3.1 Promover a sustentabilidade local e valorizar os territórios costeiros, onde se incluem as ações direcionadas com a promoção e valorização da qualidade do ambiente costeiro, incluindo ações de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis.

OE 3.2 Preservar, conservar e promover os elementos patrimoniais e os recursos naturais e paisagísticos das zonas costeiras, onde se incluem as ações relacionadas com a gestão sustentável dos recursos e valorização da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos e costeiros e as ações de sensibilização da comunidade para a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Para a concretização destes objetivos o **ecoMAR** pretende dar resposta às áreas de intervenção "*Promoção de Planos de Mar*" e "*Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos*" do Programa Operacional MAR 2020. Serão ainda mobilizadas as seguintes tipologias de ação do Programa Operacional

Regional do Centro: "*Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas*"; "*Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO*" e "*Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação*".

OE4: AFIRMAÇÃO DOS DESPORTOS NÁUTICOS E DE VENTO

Este objetivo estratégico é constituído por dois objetivos específicos:

OE 4.1 Potenciar os desportos náuticos e de vento, onde se incluem as ações direcionadas com a criação e recuperação de equipamentos e infraestruturas de apoio à prática dos desportos náuticos e de vento e a comunicação e divulgação de atividades e eventos desportivos.

OE 4.2 Generalizar a prática de desportos náuticos acessível a todos, onde se incluem as ações relacionadas com a introdução nas escolas da prática de atividades náuticas e a criação das condições para a promoção do desporto náutico adaptado.

Para a concretização destes objetivos o **ecoMAR** pretende dar resposta às áreas de intervenção "*Desenvolvimento de turismo em espaço aquático*"; "*Qualificação escolar e profissional"; e "Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos*" do Programa Operacional MAR 2020. Será ainda mobilizada a tipologia de ação do Programa Operacional Regional do Centro "*Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação*".

Apresenta-se de seguida uma matriz de correlação entre os Objetivos Estratégicos e Específicos da Estratégia de Desenvolvimento Local do **ecoMAR** e as Áreas de Intervenção/ Tipologias de Ação dos Programas Operacionais financiadores – MAR 2020 e CENTRO 2020.

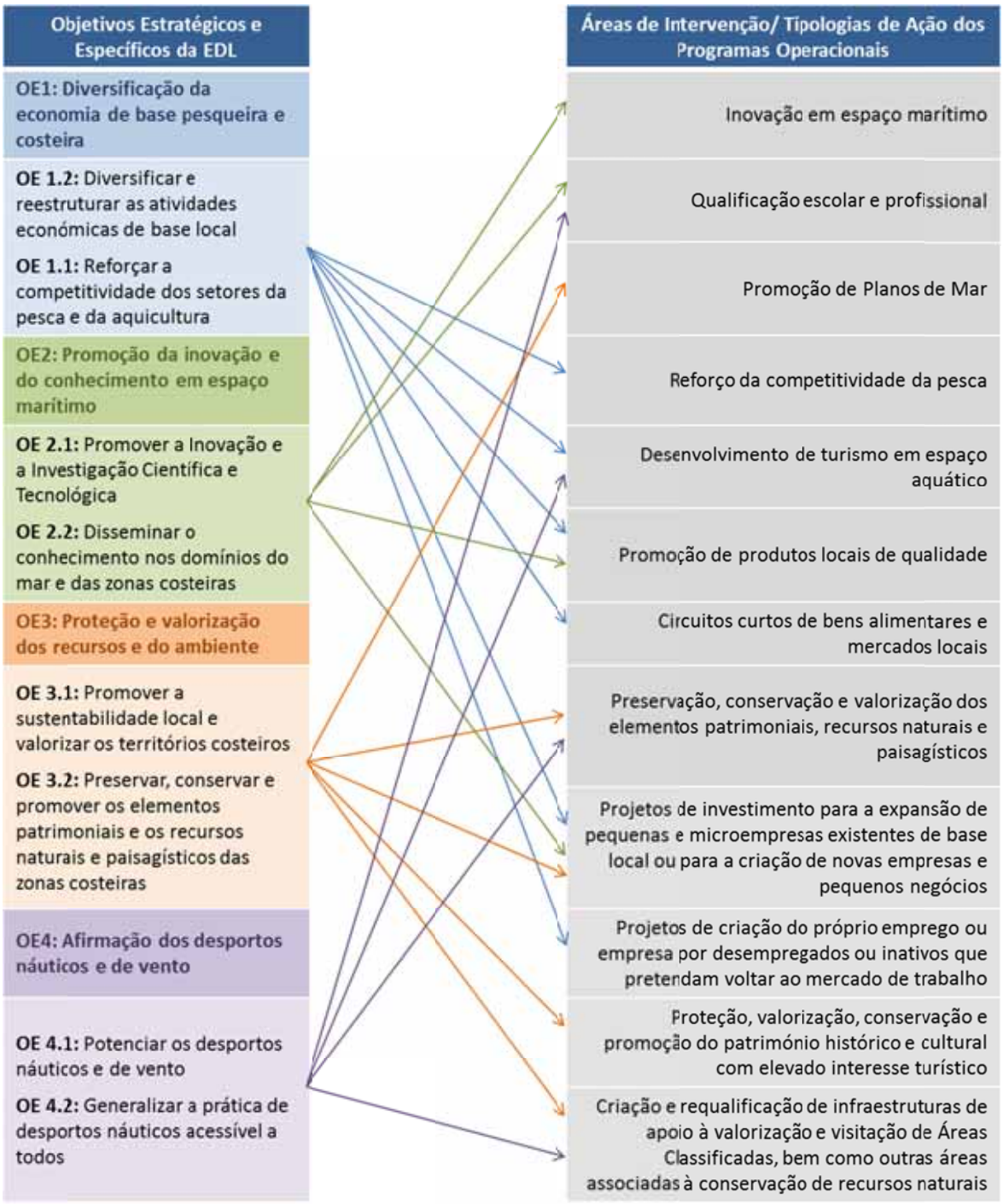

Figura 45 – Matriz de correlação entre a Estratégia de Desenvolvimento Local do ecoMAR e as Áreas de Intervenção/ Tipologias de Ação dos PO MAR 2020 e CENTRO 2020.

E3. Resultados Esperados

Os resultados esperados advêm da mobilização das áreas de intervenção/ tipologias de ação dos Programas Operacionais MAR 2020 e CENTRO 2020 que concretizam os objetivos estratégicos e específicos do **ecoMAR:**

Inovação em espaço marítimo

Para esta área de intervenção contribui o objetivo estratégico "Promoção da inovação e do conhecimento no espaço marítimo (OE2)" e os dois objetivos específicos: "OE 2.1 Promover a Inovação e a Investigação Científica e Tecnológica", pretendendo-se a valorização dos recursos locais e a promoção da investigação científica e tecnológica; e "OE 2.2 Disseminar o conhecimento nos domínios do mar e das zonas costeiras", com a criação do Centro de Interpretação da Meteorologia/ Climatologia. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 85.000,00€.

Qualificação escolar e profissional

Nesta área de intervenção contribuem os objetivos estratégicos "Promoção da inovação e do conhecimento no espaço marítimo (OE2)" e "Afirmação dos desportos náuticos e de vento (OE4)" e respetivos objetivos específicos: "OE 2.2 Disseminar o conhecimento nos domínios do mar e das zonas costeiras", com o aumento de qualificações no sector das pescas e do número de formandos nos domínios do mar; "OE 4.1 Potenciar os desportos náuticos e de vento", através do desenvolvimento de atividades desportivas; e "OE 4.2 Generalizar a prática de desportos náuticos com o aumento do número de alunos abrangidos pelo desporto escolar na náutica". Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 230.244,50€

Promoção de Planos de Mar

Nesta área de intervenção contribui o objetivo estratégico "Proteção e Valorização dos Recursos e do Ambiente (OE3)" e o objetivo específico "OE 3.1 Promover a sustentabilidade local e valorizar os territórios costeiros" através do desenvolvimento do conceito de "Aldeias de Mar". Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 63.750,00€.

Reforço da Competitividade da Pesca

Nesta área de intervenção contribui o objetivo estratégico "Diversificação da economia de base pesqueira e costeira (OE1)" e o objetivo específico "OE 1.1 Reforçar a competitividade

dos setores da pesca e da aquicultura", esperando-se a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas nestes setores, com a criação de postos de trabalho. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 295.800,00€.

Desenvolvimento de turismo em espaço aquático

Para esta área de intervenção contribuem os objetivos estratégicos "Diversificação da economia de base pesqueira e costeira (OE1)" e "Afirmação dos desportos náuticos e de vento (OE4)" e respetivos objetivos específicos: "OE 1.2 Diversificar e reestruturar as atividades económicas de base local do sector do turismo", esperando-se criar condições de visitação mais sustentáveis e a criação de empresas/ desenvolvimento de atividades ligadas ao mar; e "OE 4.1 Potenciar os desportos náuticos e de vento" através de atividades e eventos desportivos que captem mais utilizadores e visitantes. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 226.885,00€.

Promoção de produtos locais de qualidade

Para esta área de intervenção contribuem os objetivos estratégicos "Diversificação da economia de base pesqueira e costeira (OE1)" e "Promoção da inovação e do conhecimento no espaço marítimo (OE2)" e respetivos objetivos específicos: "OE 1.2 Diversificar e reestruturar as atividades económicas de base local", através da realização de eventos de projeção regional e nacional que promovam os produtos locais; e "OE 2.1 Promover a Inovação e a Investigação Científica e Tecnológica" com vista à valorização dos produtos e subprodutos da pesca. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 64.940,00€.

Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais

Para esta área de intervenção contribui o objetivo estratégico "Diversificação da economia de base pesqueira e costeira (OE1)" e o objetivo específico "OE 1.1 Reforçar a competitividade dos setores da pesca e da aquicultura" através da implementação de um circuito curto de distribuição e comercialização. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 92.140,00€.

Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos

Para esta área de intervenção contribuem os objetivos estratégicos "Proteção e Valorização dos Recursos e do Ambiente (OE3)" e "Afirmação dos desportos náuticos e de vento (OE4)" e

respetivos objetivos específicos: “OE 3.1 Promover a sustentabilidade local e valorizar os territórios costeiros”, com a melhoria do espaço urbano das zonas costeiras; “OE 3.2 Preservar, conservar e promover os elementos patrimoniais e os recursos naturais e paisagísticos das zonas costeiras”, com vista a uma gestão mais sustentável dos recursos; e “OE 4.2 Generalizar a prática de desportos náuticos acessível a todos” com a criação de condições para a promoção do desporto náutico adaptado e de praias mais acessíveis. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEAMP de 377.119,50€.

Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas

Nesta tipologia de ação contribuem os objetivos estratégicos “Diversificação da economia de base pesqueira e costeira (OE1)”; “Promoção da inovação e do conhecimento no espaço marítimo (OE2)” e “Proteção e Valorização dos Recursos e do Ambiente (OE3)” e respetivos objetivos específicos: “OE 1.1 Reforçar a competitividade dos setores da pesca e da aquicultura”, onde se pretende apoiar a criação e desenvolvimento de empresas focadas na economia do mar; “OE 1.2 Diversificar e reestruturar as atividades económicas de base local”, com o apoio à criação e modernização de empresas; “OE 2.1 Promover a Inovação e a Investigação Científica e Tecnológica”, pretendendo-se contribuir para a criação líquida de emprego, através de incentivos à investigação e produção; e “OE 3.1 Promover a sustentabilidade local e valorizar os territórios costeiros”, promovendo a eficiência energética e utilização de energias renováveis. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEDER de 315.000,00€.

Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho

Para esta tipologia de ação contribui o objetivo estratégico “Diversificação da economia de base pesqueira e costeira (OE1)” e os objetivos específicos: OE 1.1- Reforçar a competitividade dos setores da pesca e da aquicultura, através do apoio ao empreendedorismo; e OE 1.2- Diversificar e reestruturar as atividades económicas de base local pretendendo-se apoiar iniciativas de criação do próprio emprego. Esta área de intervenção terá uma dotação de FSE de 201.322,50€.

Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO e Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação):

Para esta tipologia de ação contribui o objetivo estratégico "Proteção e Valorização dos Recursos e do Ambiente (OE3)" e o objetivo específico "OE 3.2 Preservar, conservar e promover os elementos patrimoniais e os recursos naturais e paisagísticos das zonas costeiras" enquanto fator que contribui para o desenvolvimento económico do território. Contribui igualmente para esta tipologia de ação o objetivo estratégico "Afirmação dos desportos náuticos e de vento (OE4)" e o objetivo específico "OE 4.1 Potenciar os desportos náuticos e de vento", através do apoio a suportes de comunicação e divulgação de atividades e eventos desportivos, complementados com a oferta de alojamento, restauração, património, que possam atrair mais visitantes ao território. Esta área de intervenção terá uma dotação de FEDER de 15.682,50€.

A tabela seguinte ilustra uma matriz de enquadramento lógico entre os objetivos estratégicos e específicos da Estratégia de Desenvolvimento Local do **ecoMAR**, as áreas de intervenção/ tipologias de ação dos Programas Operacionais MAR 2020 e CENTRO 2020 (Eixo/Medida PO) e os resultados esperados, expressos em indicadores de realização e resultado, com indicação das respetivas metas para dois períodos de tempo, 2018 e 2023.

Tabela 5 – Matriz de enquadramento lógico Objetivos-Medidas PO-Indicadores-Metas.

Objetivos Estratégicos EDL	Eixo/ Medida PO	Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Indicadores de Realização	Meta 2018	Meta 2023	Indicadores de Resultado	Meta 2018	Meta 2023	Dotação do Fundo
OE2 (2.1 e 2.2)	Inovação em espaço marítimo	99 - Não aplicável	M11 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca e de Aquicultura	-	-	-	Emprego criado	0	0	FEAMP 1.435.879,00€
OE2 (2.2) OE4 (4.1 e 4.2)	Qualificação escolar e profissional			N.º de formandos abrangidos	30	90	Emprego criado	0	1	
				N.º de alunos abrangidos pelo desporto escolar na náutica	600	2000				
OE3 (3.1)	Promoção de Planos de Mar			N.º de planos de mar	0	1	Emprego criado	0	0	
OE1 (1.1)	Reforço da competitividade da pesca			N.º de operações ligadas à pesca e à aquicultura	3	6	Emprego criado	1	2	
OE1 (1.2) OE4 (4.1)	Desenvolvimento de turismo em espaço aquático			N.º de operações ligadas ao turismo	2	5	Emprego criado	1	2	
OE1 (1.2) OE2 (2.1)	Promoção de produtos locais de qualidade			N.º de operações de valorização da imagem do setor e dos seus agentes	1	3	Emprego criado	0	0	
OE1 (1.1)	Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais			N.º de operações relacionadas com circuitos curtos	0	1	Emprego criado	0	2	
OE3 (3.1 e 3.2) OE4 (4.2)	Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos			N.º de operações ligadas ao património	2	4	Emprego criado	1	2	
OE1 (1.1 e 1.2) OE2 (2.1) OE3 (3.1)	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios	09 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (PI 8a)	Empresas que beneficiam de apoio	3	8	Postos de trabalho criados	4	11	FEDER 315.000,00€
				Estratégias	1	1	Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado	-	2	
OE1 (1.1 e 1.2)	Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho		08 - Estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais (PI 8iii)	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	5	12	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio (%)	-	50	FSE 201.322,50€
OE3 (3.2) OE4 (4.1)	Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	09 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação	10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (PI 6c)	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	78	194	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros (milhares)	0,01	0,02	FEDER 15.682,50€

E4. Alinhamento Estratégico

Pretende-se neste subcapítulo analisar a articulação, sob o ponto de vista da aderência e da coerência, entre a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e:

- Os fatores críticos de desenvolvimento que decorrem da **análise SWOT** (Capítulo D5);
- As orientações estratégicas sub-regionais, regionais e nacionais, nomeadamente o **Programa Estratégico Regional Oeste 2020**, o **Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020**; a **Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente da Região Centro**; e o **Programa Operacional MAR2020**.

>> ALINHAMENTO COM A ANÁLISE SWOT

Do diagnóstico da situação (capítulo D) advêm as mais significativas prioridades de intervenção, aqui traduzidos em fatores críticos que, dentro de um quadro de atuação integrado e de transformação positiva, procuram dar resposta, de forma operativa, ao conjunto vasto de desafios e potencialidades que se colocam atualmente à área de intervenção e que foram identificados na análise SWOT (subcapítulo D5).

Os **fatores críticos** do território de incidência que advêm da análise SWOT são:

Qualificação dos recursos humanos | FC1

As pessoas constituem o principal capital de qualquer estratégia de desenvolvimento local.
Na área de intervenção, é fator preocupante a baixa qualificação das comunidades ligadas à pesca tradicional e desportiva, o que pode condicionar ou comprometer o sucesso da implementação de ações ou medidas que assentem na modernização tecnológica, na alteração de hábitos e tipos de pesca e na sensibilidade ambiental.

Modernização das infraestruturas e equipamentos náuticos | FC2

O crescimento e a consolidação das atividades económicas associadas à náutica de recreio e à pesca dependem de forma crítica das características, capacidade e distribuição territorial das infraestruturas portuárias, verificando-se atualmente um grande défice neste domínio, seja ao nível da obsolescência dos ancoradouros existentes, seja também ao nível do seu número e localização.

Diversidade da economia de base local | FC3

A atividade económica da zona costeira tem assentado tradicionalmente na exploração do recurso praia ("turismo de sol e mar"), caracterizado por uma forte sazonalidade e suportado em alojamento não hoteleiro de baixa qualificação. Trata-se de um modelo esgotado que deve exigir uma redefinição da base económica local, mais sustentada na exploração dos recursos endógenos, na qualificação da oferta de alojamento turístico e numa diversificação das atividades turísticas e de lazer que tirem partido da riqueza paisagística, variedade de ambientes e extensão da costa.

Sustentabilidade ambiental | FC4

A articulação entre a qualidade de vida das comunidades, as atividades económicas, e a proteção do ambiente, dos recursos naturais e culturais e a biodiversidade assume um papel absolutamente central nas estratégias de desenvolvimento local. A existência de valores ambientais deve ser entendida não como um obstáculo mas antes como um fator de apreciação e de diferenciação da base económica local.

Modelo de governança | FC 5

As estratégias de desenvolvimento local dependem cada vez mais de uma visão integrada e partilhada dos problemas e das soluções, introduzindo novas dinâmicas de cooperação e desenvolvimento, contribuindo para o reforço da identidade local, do conhecimento, da inclusão e do exercício da cidadania. Trata-se, porém, de um modelo de difícil implementação, em particular junto de comunidades e agentes económicos pouco habituados a trabalhar em redes e parcerias

A matriz de correlação que se apresenta de seguida permite atestar a coerência entre os fatores críticos que decorrem da análise SWOT e os objetivos estratégicos do **ecoMAR** que enformam a estratégia de intervenção de desenvolvimento local.

		Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)			
		OE1: Diversificação da economia de base pesqueira e costeira	**OE2:** Promoção da inovação e do conhecimento em espaço marítimo	**OE3:** Proteção e valorização dos recursos e do ambiente	**OE4:** Afirmação dos desportos náuticos e de vento
Fatores Críticos	**FC1:** Qualificação dos recursos humanos	●	●	●	
	FC2: Modernização das infraestruturas e equipamentos náuticos	●	●		●
	FC3: Diversidade da economia de base local	●	●		●
	FC4: Sustentabilidade ambiental	●	●	●	
	FC5: Modelo de governança	●	●	●	●

Figura 46 – Matriz de correlação entre os fatores críticos da SWOT e a EDL.

>> ALINHAMENTO COM O PROGRAMA ESTRATÉGICO REGIONAL OESTE 2020

O Programa Estratégico Regional do Oeste 2020, que encontra-se alinhado com as prioridades da Estratégia Europa 2020 e com o acordo de Parceria Portugal 2020, tem como objetivo principal contribuir para reforçar a afirmação e a competitividade do Oeste no contexto regional, nacional e internacional e robustecer a cooperação e articulação estratégica entre os 12 municípios da Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste CIM), fomentando ligações virtuosas com parceiros estratégicos.

Para o alcance deste desígnio, o Programa Estratégico Regional do Oeste 2020 definiu 9 prioridades transversais, cada uma com um objetivo estratégico, que no seu conjunto concorrem para a concretização da estratégia sub-regional.

Destacam-se de seguida os **objetivos estratégicos (OE) do Programa Estratégico Regional do Oeste 2020,** com relevo para os respetivos objetivos específicos que mais contribuem para o enfoque temático da EDL:

- **OE 1 - Melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias**, nomeadamente, através do (i) reforço da coesão regional pela difusão do acesso a serviços disponibilizados com base em plataformas virtuais; (ii) da criação de redes digitais de partilha, entre diferentes utilizadores; e (iii) da promoção da utilização de conteúdos e ferramentas digitais nos espaços urbanos e na educação.

- **OE 2 - Apostar na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado**. A implementação deste OE implica, nomeadamente, (i) promover a articulação entre o sistema científico e tecnológico, instituições de ensino superior do Oeste e AML, o tecido produtivo e utilizadores, orientada para a sofisticação dos produtos e serviços e para o melhor posicionamento das empresas do Oeste nas fileiras que integram; (ii) criar plataformas de transferência de conhecimento ensino superior/comunidade; (iii) valorizar a existência de estruturas setoriais organizadas e reforçar parcerias que permitam promover e melhorar competências nas empresas ao nível dos produtos, processos, formas de organização e comercialização e consequentemente ganhar quota de mercado através de economias de escala e diferenciação dos produtos; e (iv)

promover, apoiar e premiar atividades produtivas intensivas em conhecimento e criatividade e com forte incorporação de valor acrescentado nacional.

- **OE 3 - Promover a internacionalização das empresas e setores do Oeste e assumir-se como um destino atrativo para instalação de empresas estrangeiras** através, sobretudo, da (i) criação de uma imagem de marca da Região Oeste Portugal que divulgue e promova de forma integrada a Região e os seus setores e produtos âncora; (ii) capitalização de eventos e produtos já amplamente reconhecidos no exterior para dar a conhecer os diferentes produtos da Região Oeste (ex. Eventos de Surf, etc.); (iii) capacitação do tecido económico e do apoio à sua internacionalização; e do (iv) fomento da mobilidade e intercâmbio de investigadores, empresários, alunos e professores.

- **OE 4 - Desenvolver um ecossistema de suporte ao surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado para a Região**, através da (i) criação de uma cultura de empreendedorismo; (ii) estruturação e coordenação dos serviços de apoio orientados para o empreendedor; e da (iii) promoção da iniciativa privada, o cooperativismo e a criação de emprego.

- **OE 5 - Valorizar o talento regional através de práticas criativas e inteligentes que permitam a melhoria das capacidades/talento individual.** A implementação deste OE passa por (i) criar projetos regionais/municipais de formação de valores e atitudes; (ii) promover a atratividade do ensino superior, enquanto fator competitivo numa economia assente no conhecimento; (iii) promover a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego, respondendo às necessidades do mercado de trabalho; (iv) incentivar práticas culturais de aprendizagem ao longo da vida (adaptação às novas tecnologias e à modernização das empresas, competências mais apropriadas ao padrão produtivo); e (v) atrair e reter população qualificada nos setores prioritários e nas áreas emergentes.

- **OE 6 - Garantir a gestão sustentável e inclusiva dos espaços urbanos e a adaptabilidade e eficiência dos sistemas de mobilidade.** A implementação deste OE passa por (i) Valorizar a complementaridade entre espaços urbanos e rurais numa lógica de sustentabilidade do território, apostando na interdependência das funções de cada um e na preservação das suas identidades; (ii) promover a competitividade territorial em harmonia com a sustentabilidade e o ordenamento do território; (iii)

promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano/rural sustentável; e (iv) promover a mobilidade inter e intra concelhia por via da intermodalidade, sempre que possível através de redes de transportes públicos.

- **OE 7 - Promover uma economia regional verde, pela gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades emergentes**, através da (i) promoção da mudança de comportamentos da população com a aposta na educação para a gestão dos recursos; (ii) desenvolvimento de novos processos e tecnologias para produção de bens com menor pegada ecológica, reforçando assim a competitividade das empresas através da colocação no mercado de produtos valorizados pelo consumidor; (iii) apoio às energias renováveis nos setores doméstico, industrial e serviços; e da (iv) garantia da existência, implementação e monitorização de planos de defesa da zona costeira e a valorização do litoral de acordo com os planos de ordenamento existentes.

- **OE 8 - Apostar num mercado de trabalho flexível e qualificado capaz de responder de forma empreendedora aos desafios da Região Oeste.** A concretização deste OE envolve (i) promover uma cultura de mobilidade laboral pelo reforço contínuo das competências e pela aprendizagem ao longo da vida; (ii) promover um mercado de trabalho inclusivo; (iii) reforçar a eficácia, adequação e operacionalização das políticas ativas de emprego, em conjunto com as autarquias e instituições; e (iv) promover novos nichos de emprego em setores emergentes.

- **OE 9 - Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada**, que passa por (i) reforçar o trabalho de parceria entre as instituições responsáveis pelas políticas de solidariedade, nomeadamente ao nível das políticas de emprego, educação e formação; (ii) apostar na economia social, trazendo inovação e adaptabilidade para as respostas de proximidade; (iii) facilitar o acesso dos grupos mais vulneráveis ao mercado de trabalho e/ou a atividades socialmente úteis, por via do desenvolvimento de respostas integradas no domínio das medidas ativas de emprego; (iv) promover atividades geradoras de rendimentos complementares; e (v) incentivar a responsabilidade social de cidadãos e empresas; entre outras.

A matriz seguinte demonstra de forma inequívoca a coerência entre os objetivos estratégicos propostos pela parceria **ecoMAR** e os objetivos estratégicos (OE) do Programa Estratégico Regional do Oeste 2020 considerados pertinentes para o território de incidência.

Programa Estratégico Regional do Oeste 2020	Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)			
	OE1: Diversificação da economia de base pesqueira e costeira	OE2: Promoção da inovação e do conhecimento em espaço marítimo	OE3: Proteção e valorização dos recursos e do ambiente	OE4: Afirmação dos desportos náuticos e de vento
OE 1 - Melhorar a eficácia e eficiência dos sistemas urbanos, empresas e serviços através da aposta nas novas tecnologias	●	●		●
OE 2 - Apostar na Investigação, Desenvolvimento e Inovação, através do reforço das capacidades regionais e empresariais no sentido de estimular uma economia de conhecimento e criatividade capaz de gerar valor acrescentado	●	●		
OE 3 - Promover a internacionalização das empresas e setores do Oeste e assumir-se como um destino atrativo para instalação de empresas estrangeiras	●	●		●
OE 4 - Desenvolver um ecossistema de suporte ao surgimento e desenvolvimento de projetos empresariais autossuficientes e de valor acrescentado para a Região	●			●
OE 5 - Valorizar o talento regional através de práticas criativas e inteligentes que permitam a melhoria das capacidades/talento individual		●		●
OE 6 - Garantir a gestão sustentável e inclusiva dos espaços urbanos e a adaptabilidade e eficiência dos sistemas de mobilidade			●	
OE 7 - Promover uma economia regional verde, pela gestão integrada dos recursos naturais e valorização sustentável de oportunidades emergentes	●	●	●	
OE 8 - Apostar num mercado de trabalho flexível e qualificado capaz de responder de forma empreendedora aos desafios da Região Oeste	●	●		●
OE 9 - Garantir a articulação das políticas sectoriais de inclusão e o reforço das parcerias locais garantido uma intervenção social precoce, multidimensional e territorializada	●			●

Figura 47 – Matriz de correlação entre a EDL e o Programa Estratégico Regional do Oeste 2020.

>> ALINHAMENTO COM O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO 2014-2020

O Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (CENTRO 2020) contempla uma breve apresentação da Região Centro face ao contexto nacional e às metas da Estratégia EUROPA 2020, enuncia os principais elementos da estratégia regional e as propostas de ação preconizadas para o programa (eixos prioritários de intervenção) e estabelece a sua articulação com os objetivos temáticos e prioridades de investimento selecionados à luz da Estratégia de Desenvolvimento Regional delineada no Plano de Ação Regional para a Região Centro bem como das opções assumidas em termos de Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3).

O CENTRO 2020 estrutura-se em 9 Eixos Prioritários, mobilizando 9 Objetivos Temáticos e 27 Prioridades de Investimento.

Destacam-se de seguida os **Eixos Prioritários do Programa Operacional do Centro 2014-2020**, com relevo para as respetivas prioridades de investimento que mais contribuem para o enfoque temático da presente EDL:

- **Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)** que inclui como prioridades de investimento (i) o reforço das infraestruturas de investigação e inovação (I&I) e das capacidades destinadas a desenvolver a excelência em matéria de I&I, bem como promoção de centros de competência; e (ii) a promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada.

- **Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)** que inclui como prioridades de investimento (i) a promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas; (ii) o desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; e (iii) a concessão de apoio

à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;

- **Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)** que inclui como prioridades de investimento (i) o aumento do número de doutoramentos visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação; (ii) a melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas; e (iii) a melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes.

- **Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)** que inclui como prioridades de investimento (i) o apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas; (ii) o apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade; (iii) o emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; e (iv) a adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários.

- **Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)** que inclui como prioridades de investimento (i) os investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária; e (ii) as estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais.

- **Eixo 6: Afirmar a Sustentabilidade dos Recursos (SUSTENTAR)** que inclui como prioridades de investimento (i) a promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas; (ii) o apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas; e (iii) a promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos

de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.

- **Eixo 7: Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR)** que inclui como prioridade de investimento a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural.

- **Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)** que inclui como prioridade de investimento o reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local

- **Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)** que inclui como prioridades de investimento (i) a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído; e (ii) o apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

A matriz seguinte demonstra de forma inequívoca a coerência entre os objetivos estratégicos propostos pela parceria **ecoMAR** e os Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, com relevo para as respetivas prioridades de investimento consideradas pertinentes para o território de incidência.

Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020	Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)			
	OE1: Diversificação da economia de base pesqueira e costeira	OE2: Promoção da inovação e do conhecimento em espaço marítimo	OE3: Proteção e valorização dos recursos e do ambiente	OE4: Afirmação dos desportos náuticos e de vento
Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)	●	●		
Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)	●	●		●
Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)		●		
Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)	●	●	●	●
Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)	●	●	●	●
Eixo 6: Afirmar a Sustentabilidade dos Recursos (SUSTENTAR)			●	
Eixo 7: Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR)			●	●
Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)	●	●	●	●
Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)			●	

Figura 48 – Matriz de correlação entre a EDL e o Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020**.**

>> ALINHAMENTO COM A ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DA REGIÃO CENTRO

Em coerência com as melhores práticas de planeamento estratégico não pode deixar-se de fazer referência à **Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente da Região Centro** (RIS3 do Centro de Portugal) que, no alinhamento com o Plano de Ação Regional do Centro 2014-2020 e o Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, consiste numa abordagem estratégica ao desenvolvimento económico, através do apoio focalizado na investigação e inovação. Este conceito assenta no princípio de que a concentração de recursos do conhecimento e a sua ligação a um número limitado de atividades económicas prioritárias permitirá aos países e às regiões serem, e manterem-se, competitivas na economia global. A nova regulamentação da Política de Coesão da UE para 2014-2020 torna a especialização inteligente uma condição prévia - «*condicionalidade ex ante*» - para os investimentos nas áreas de investigação e inovação no âmbito dos Programas Operacionais.

O RIS3 do Centro de Portugal identifica **8 domínios diferenciadores de caráter temático** e três de caráter transversal. Com relevância para o território de incidência da EDL destaca-se o objetivo diferenciador temático "Mar" que constitui um dos atributos da identidade da Região com excelentes condições naturais para o aproveitamento dos recursos marítimos; é um elemento de suporte ao um conjunto vasto de atividades que contribuem para a competitividade da região; é um espaço privilegiado para a promoção do conhecimento e da investigação; e sustenta infraestruturas físicas e condições relevantes como portos e estaleiros, na perspetiva de usos múltiplos (ex. pesca, turismo, desporto). O mar é, por isto, um recurso de grande potencial para a valorização da Região Centro, existindo um alinhamento estreito entre os objetivos estratégicos da EDL e o domínio diferenciador "Mar" do RIS3 do Centro.

>> ALINHAMENTO COM O PROGRAMA OPERACIONAL MAR 2020

O Programa Operacional Mar 2020 assume como objetivo global "*Promover a competitividade com base no conhecimento e na inovação e assegurar a exploração sustentável dos recursos biológicos vivos, contribuir para o bom estado ambiental das águas marinhas, bem como contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras e do emprego e promover a política marítima integrada*." Este desígnio é alcançado através de 3 Prioridades Estratégicas (PE):

- **PE1 - Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento**

O reforço da competitividade do setor da pesca e da aquicultura passa pela aposta na inovação no domínio da pesca, da aquicultura e da transformação e comercialização e no aprofundamento do conhecimento científico e tecnológico através da transferência de conhecimento. Assim, inclui-se nesta prioridade estratégica (i) a prestação de apoio ao reforço do desenvolvimento tecnológico, da inovação e da transferência de conhecimentos; (ii) o incentivo ao investimento nos setores da transformação e da comercialização; (iii) o aumento da competitividade e viabilidade das empresas de pesca e aquícolas; e (iv) a melhoria da organização do mercado dos produtos da pesca e da aquicultura; entre outros.

- **PE2 - Assegurar a sustentabilidade económica, social e ambiental do setor da pesca e da aquicultura e contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a politica marítima integrada**

A sustentabilidade do setor da pesca e da aquicultura tem subjacente uma abordagem ecossistémica, ou seja a necessidade de desenvolvimento de uma pesca sustentável, a prazo, não apenas do ponto de vista dos recursos explorados mas, também, do ambiente marinho envolvente e das zonas costeiras da pesca. Assim, inclui-se nesta prioridade estratégica (i) o apoio a medidas de gestão e conservação para os principais stocks, promovendo a proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos; (ii) a promoção da aquicultura sustentável simplificando procedimentos e promovendo o ordenamento e zonamento das áreas destinadas à aquicultura; (iii) a proteção e restauração da biodiversidade aquática e melhoria dos ecossistemas ligados à aquicultura, e promoção de uma aquicultura eficiente em termos de recursos.

- **PE3 - Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentando o emprego e a coesão territorial, bem como a capacitação e qualificação dos profissionais do setor**

Com o desenvolvimento das zonas costeiras pretende-se promover, em paralelo com a pesca e a aquicultura, outras atividades que lhe sejam complementares do rendimento, em particular no âmbito da economia marítima, de modo a aumentar o emprego e a promover o nível socioeconómico das comunidades envolvidas, conduzindo a uma maior integração das atividades da pesca e da aquicultura em iniciativas de caráter local e/ou regional. Inclui-se nesta prioridade estratégica a execução das estratégias de desenvolvimento das zonas costeiras implementadas pelos grupos de ação local.

A matriz seguinte demonstra de forma inequívoca a coerência entre os objetivos estratégicos propostos pela parceria **ecoMAR** e as Prioridades Estratégicas do Programa Operacional Mar 2020.

		Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)			
		OE1: Diversificação da economia de base pesqueira e costeira	OE2: Promoção da inovação e do conhecimento em espaço marítimo	OE3: Proteção e valorização dos recursos e do ambiente	OE4: Afirmação dos desportos náuticos e de vento
Programa Operacional Mar 2020	**PE1:** Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento	●	●		
	PE2: Assegurar a sustentabilidade económica, social e ambiental do setor da pesca e da aquicultura e contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a PMI	●	●	●	
	PE3: Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentando o emprego e a coesão territorial, bem como a capacitação e qualificação dos profissionais do setor	●	●	●	●

Figura 49 – Matriz de correlação entre a EDL e o Programa Operacional Mar 2020.

F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS

F1. Enquadramento

A presente proposta de envolvimento das comunidades locais assenta numa série de pressupostos conceptuais que visam a estruturação de um processo de governância colaborativa que implica a partilha de responsabilidades de **gestão pelas comunidades piscatórias e costeiras**, instituições governamentais e outros atores relevantes através do desenvolvimento, implementação e transferência de métodos e práticas, que integrem simultaneamente os diversos tipos de conhecimentos da sociedade, nomeadamente o técnico e científico, tradicional e local.

Uma das condições essenciais é o apoio das comunidades e grupos de interesse, para que se tornem agentes ativos de mudança na gestão sustentável dos recursos marinhos. Para tal, recorre-se à promoção e facilitação do diálogo social, através de metodologias interativas de ganho mútuo (terceira parte) que permitem articular perspetivas e conhecimentos de uma diversidade de agentes, mobilizando-os para a gestão dos recursos marinhos e construir, de forma colaborativa, **capital social** (em forma de rede, plataformas, coligações e parcerias), **intelectual** (na produção de novos conhecimentos em resultado do debate conjunto e articulação dos vários conhecimentos) e **político** (no sentido da capacitação, maturação e autonomização dos envolvidos), essencial à continuidade e sustentabilidade da intervenção.

Em suma, o **processo de governância colaborativa** beneficiará da colaboração de todos os atores locais, em particular da parceria **ecoMAR**, da troca de ideias e experiências, da cooperação técnica e científica bem como da integração dos conhecimentos tradicionais (*Traditional Ecological Knowledge* – TEK)/locais (*Local Ecological Knowledge* – LEK), práticas e inovações das comunidades locais.

A ideia central é assegurar que este processo apoie a EDL e, através da construção do modelo organizacional, possa funcionar de forma sustentada a longo prazo, podendo inclusive estabelecer um protótipo inspirador a ser replicado noutras áreas, apoiando e contribuindo para a conservação da biodiversidade e sustentabilidade económica local.

F2. Dispositivos de Participação

Na primeira fase de constituição do DLBC identificaram-se os agentes das comunidades piscatórias e costeiras e outros atores representativos dos interesses económicos, ambientais, sociais e culturais, com destaque para autarquias locais, instituições públicas, empresas e associações.

Iniciou-se uma ronda de contatos com os mesmos para o estabelecimento e condução de um conjunto de **reuniões e sessões coletivas** que permitiu o compromisso de envolvimento e mobilização dos parceiros para a presente proposta. Para além do envolvimento de agentes de base local e sub-regional, foram trazidos para a parceria entidades nacionais e internacionais cuja esfera de atuação contribuía para a concretização dos objetivos de desenvolvimento que se pretendem para este território. Estas reuniões de concertação concorreram para formar e consolidar a parceria, delinear a área de intervenção e identificar os desafios e potencialidades do território com vista à conceção da estratégia de atuação.

A título de exemplo, apresenta-se na Figura 50 um conjunto de fotos que ilustram algumas das reuniões e sessões coletivas realizadas entre parceiros que materializaram a primeira fase de envolvimento das comunidades locais.

Após a pré-qualificação da parceria **ecoMAR** iniciou-se um segundo momento de envolvimento das comunidades locais que pretendeu dar continuidade ao processo de participação ativo. Esta primeira plataforma de entendimento com as comunidades locais, deu lugar a uma **Plataforma Colaborativa** construída e apoiada num processo de participação ativa, que incluiu todos os parceiros que integram o GAL e outras entidades imprescindíveis para levar avante uma EDL inclusiva e resiliente, que lhe permitirá assegurar a sustentabilidade a longo prazo.

A realização de **Fóruns Abertos**, parte integrante do processo de participação ativa, é um elemento da metodologia que contribui para a estruturação de um processo colaborativo e permite a recolha de informação junto dos atores locais. Os Fóruns Abertos têm a particularidade de reunir pessoas das mais diversas origens (autarcas, tecido associativo, empresários, técnicos, desportistas, pescadores e moradores, entre outros) na construção de um trabalho comum que represente as comunidades locais. Esta é uma característica fundamental no desenvolvimento de soluções colaborativas.

Figura 50 – Reuniões setoriais de trabalho com os parceiros na 1ª Fase.

No dia 10 de Julho de 2015 realizou-se no Hotel Golf Mar em Torres Vedras um **Fórum de Participação** que envolveu não só as entidades do Grupo de Ação Local como do Grupo Local de Acompanhamento. Nesta sessão optou-se por uma metodologia em grupos de trabalho, organizados pelos objetivos estratégicos da EDL, tendo sido solicitado a cada grupo a identificação e descrição de propostas de ação que gostariam de ver concretizadas na área de intervenção do **ecoMAR**. Para cada proposta foi solicitada ainda a identificação de parceiros para a sua implementação e uma estimativa orçamental.

Figura 51 – Fórum de Participação realizado na 2ª Fase de constituição do DLBC.

Os resultados obtidos neste Fórum de Participação contribuíram para a construção do Programa de Ação da EDL.

Para além deste Fórum de Participação, realizaram-se ainda nesta segunda fase de constituição do DLBC, duas reuniões do Conselho de Parceiros do GAL **ecoMAR**.

A primeira teve lugar no dia 10 de Julho de 2015, no Hotel Golf Mar em Torres Vedras e teve como ordem de trabalho: (i) Apresentação do ponto de situação da candidatura à segunda fase do Desenvolvimento Local de Base Comunitária; (ii) Apresentação das Alterações ao Acordo de Parceria; e (iii) Eleição da Mesa do Conselho de Parceiros e do Órgão de Gestão do **ecoMAR**.

Figura 52 – Primeira reunião do Conselho de Parceiros do ecoMAR.

A segunda reunião teve lugar no dia 23 de Julho de 2015, no auditório da Pousada da Juventude de Santa Cruz em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalho: (i) Aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Local; e (ii) Composição da Unidade de Apoio Técnico do **ecoMAR**.

Figura 53 – Segunda reunião do Conselho de Parceiros do ecoMAR.

Além de uma avaliação e caraterização dos territórios a trabalhar, estas sessões participativas de trabalho alertam a equipa para conflitos, potencialidades e limitações tal e como são percecionados pelos atores locais. Estes aspetos oferecem uma primeira plataforma para a construção de entendimentos e aspetos a acautelar que pode vir a ser explorada por todos em maior detalhe.

Tabela 6 – Dispositivos de participação e envolvimento da comunidade – Elaboração da EDL.

Tipo de sessão	Objetivo	Resultado	Atores
Elaboração da EDL			
Reuniões	• Definição de tarefas para assegurar a continuidade ao processo; • Elaboração da EDL completa; • Mapeamento das ações a serem incluídas no plano de ação, sua priorização e faseamento; • Levantamento dos custos; • Definição de metas.	• EDL com plano de ação e plano financeiro.	GAL eco-Mar
Fórum Aberto	• Estabelecimento de uma Plataforma Colaborativa integrando as comunidades locais e parceiros; • Definição preliminar de propostas de ações estratégicas.	• Plataforma Colaborativa; • Questões chave a abordar; • Ações estratégicas a implementar.	Plataforma Colaborativa (inclui todos os agentes, i.e., comunidades piscatórias e costeiras e parceiros)
Fórum Aberto	• Desenvolvimento mais detalhado das ações selecionadas; • Definição de indicadores e metas para monitorização da sua implementação; • Definição de ações a integrar no plano de comunicação para acompanhar o processo tirando partido da rede estabelecida; • Identificação de ações de promoção e divulgação da EDL.	• Descrição detalhada de ações estratégicas a implementar em parceria; • Indicadores e metas para monitorização; • Plano de comunicação.	Plataforma Colaborativa

Num primeiro momento deste processo, o GAL **ecoMAR** com o envolvimento das comunidades piscatórias e costeiras e de outros atores locais foca-se na definição da EDL. A equipa recorre à realização de reuniões parcelares e fóruns abertos para (a) definir **uma agenda coletiva**, (b) estabelecer uma **Plataforma Colaborativa** que, ao longo do processo, poderá integrar por novos parceiros, (c) decidir **ações conjuntas** que representem a visão do grupo e (d) delinear um **plano de comunicação** a ser implementado pelos parceiros (Tabela 6).

Tabela 7 – Dispositivos de participação e envolvimento da comunidade – Acompanhamento da EDL e Autonomização do GAL.

Tipo de sessão	Objetivo	Resultado	Atores
Acompanhamento da EDL: monitorização e avaliação			
Fórum Aberto	• Implementação das ações selecionadas; • Monitorização e avaliação das mesmas; • Identificação de desafios na implementação das ações; • Procura de soluções conjuntas para dificuldades identificadas ao longo da implementação.	• Implementação de ações; • Monitorização e avaliação contínua; • Identificação de fatores críticos à implementação; • Soluções conjuntas para ultrapassar dificuldades identificadas.	GAL ecoMAR e Plataforma Colaborativa
Autonomização do Grupo de Ação Local (GAL)			
Fórum Aberto	• Reflexão estruturada sobre os resultados obtidos; • Definição de um plano de continuidade de dinamização do espaço de encontro, partilha, colaboração e aprendizagem do GAL.	• Capacitação dos agentes locais para o desenvolvimento de capacidades de gestão de projetos.	Plataforma Colaborativa

Num segundo momento deste processo serão trabalhados os mecanismos de **verificação do cumprimento das metas e objetivos das ações** e da sua coesão e coerência com a EDL. Para apoiar a identificação dos principais desafios de implementação e as melhores soluções para ultrapassar as dificuldades encontradas a equipa poderá recorrer ao envolvimento de técnicos especializados (Tabela 7).

Por último, a autonomização do GAL visa concertar um plano de continuidade de **dinamização do espaço** utilizado ao longo do processo, que permita às entidades envolvidas continuar a usufruir de um ponto de encontro para perpetuar as práticas adquiridas **de partilha, de colaboração e de aprendizagem**. Este espaço constituirá um ponto focal para o desenvolvimento de **ações de animação e promoção do território** de acordo com a EDL (Tabela 7).

F3. Monitorização e Avaliação

Para a monitorização e avaliação da EDL será elaborado um Plano de Monitorização do ecoMAR - **PM ecoMAR** - que terá como objetivos:

- Apoiar a concretização da EDL, proporcionando orientações para um permanente alinhamento estratégico da atuação no terreno;
- Avaliar o desempenho e o relacionamento dos atores no seio da parceria local;
- Identificar possíveis complementaridades que importam valorizar para o sucesso da operação;
- Identificar as dificuldades e os constrangimentos à de execução física e financeira dos projetos;
- Fomentar uma comunicação transparente sobre a evolução da implementação da EDL.

O **PM ecoMAR** é uma ferramenta importante para assegurar o sucesso da EDL, dando-lhe credibilidade, transparência e rigor na execução da mesma, assim como, a capacidade de um acompanhamento das ações, da sua concretização e grau de implementação, potenciando o envolvimento dos parceiros e da comunidade local. Ao mesmo tempo, possibilita a identificação de pontos críticos e de desvios e a consequente adoção de medidas e ações corretivas permitindo assim que os objetivos iniciais definidos sejam alcançados.

O **PM ecoMAR** irá basear-se por um lado (i) nos indicadores e nas metas fixadas no âmbito da elaboração da EDL e por outro lado (ii) irá desenvolver um processo de monitorização participada que considere o desempenho e o relacionamento dos agentes locais envolvidos na parceria e que inclua as comunidades costeiras e piscatórias dos municípios de Torres Vedras e Lourinhã.

O **PM ecoMAR** aposta assim, numa dupla perspetiva complementar de **monitorização técnica** e de **monitorização participada**, o que passará pela criação de um canal e respetivos instrumentos de comunicação entre os vários atores, no sentido da sua articulação e coordenação. Para a inclusão das comunidades locais no processo de monitorização, prevê-se que sejam feitas sessões de auscultação e participação cidadã com periodicidade regular e em momentos chave da operação.

Será ainda criado um portal on-line (Portal ecoMAR) de forma a facilitar a interação entre o GAL e toda a comunidade local, regional e nacional, onde se facilitará a comunicação e a

partilha de resultados e de experiências, contribuindo assim para uma aprendizagem coletiva que estes instrumentos de política de desenvolvimento local devem propiciar.

A monitorização participada é sobretudo um mecanismo de coresponsabilização entre os vários parceiros, que deverão fazer um acompanhamento conjunto da EDL, contribuindo para estimular a sua correta implementação.

O Plano de Monitorização será assegurado e acompanhado pela estrutura orgânica do **ecoMAR** (subcapítulo C2), nomeadamente, pela Unidade de Apoio Técnico que assumirá, de entre outras, as seguintes funções de monitorização:

- Avaliar o desempenho dos indicadores;
- Assegurar a adaptabilidade das ações no tempo e no espaço;
- Monitorizar o efeito de alavancagem da EDL no território;
- Apresentar relatórios de progresso;
- Divulgar a informação necessária; entre outros.

F4. Comunicação e Divulgação

Para o enquadramento das atividades de comunicação e divulgação, onde se inclui as ações de animação e promoção do território, será desenvolvido pela Unidade de Apoio Técnico um Plano de Divulgação e Comunicação do ecoMAR - **PDC ecoMAR** - que terá em conta os seguintes pressupostos:

- Informação acessível, atualizada, objetiva e transparente;
- Utilização seletiva dos instrumentos de comunicação em função das várias tipologias de públicos-alvo;
- Cumprimento integral de toda a regulamentação e normativa aplicável às medidas de informação e publicidade de operações cofinanciadas pelos FEEI.

O **PDC ecoMAR** assumirá duas linhas orientadoras complementares: uma primeira de carácter mais institucional, vocacionada para a divulgação das atuações, sobretudo informativa, com um foco de maior atualidade e objetividade, e mais dirigido aos agentes e populações locais; e uma segunda linha orientadora de marketing territorial, vocacionada sobretudo para a promoção de determinados objetivos ligados com a atratividade do território.

A estratégia de comunicação estruturar-se-á em quatro eixos articulados entre si que atuarão numa ótica coletiva da promoção das dinâmicas associadas ao processo de desenvolvimento local, com um foco mais amplo, procurando um efeito de maior sinergia e multiplicação dos seus impactos:

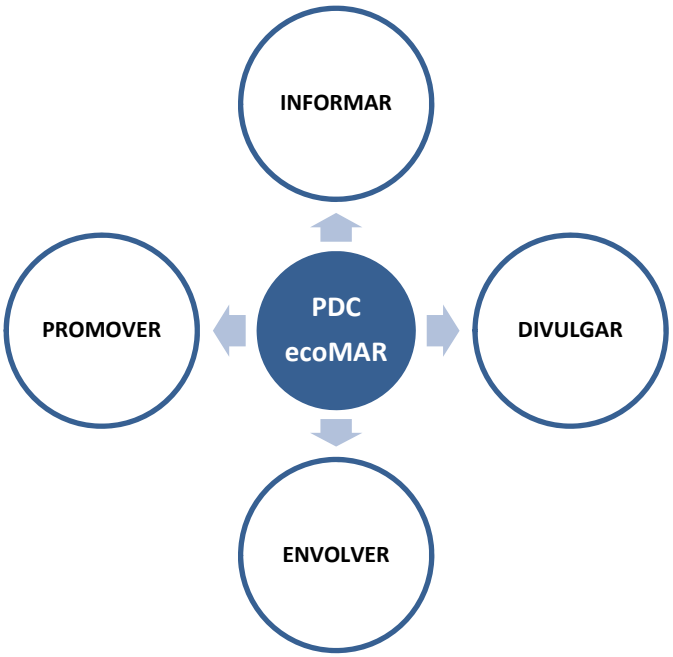

Figura 54 – Eixos de intervenção do PDC ecoMAR.

INFORMAR a opinião pública da estratégia de desenvolvimento local e do contributo dos fundos estruturais na conversão das zonas costeiras em espaços de competitividade económica, coesão social e de qualidade ambiental.

DIVULGAR, junto dos públicos-alvo, os momentos e acontecimentos chave, assim como a evolução do plano de ação e dos avisos de candidaturas junto de potenciais beneficiários, fomentando desta forma a transparência dos processos e dos resultados.

ENVOLVER a população e os agentes locais ao longo de todo o processo de forma a ancorar o **ecoMAR** no interior da comunidade, aumentando o sentido de pertença, minimizando os potenciais conflitos e reforçando a aprendizagem organizacional e social.

PROMOVER os municípios de Torres Vedras e Lourinhã, à escala regional e nacional, como paradigma de territórios sustentáveis e competitivos, conseguido pela notoriedade do **ecoMAR** como um instrumento catalisador de novas dinâmicas de desenvolvimento local integrado.

A natureza e a diversidade das ações propostas garantem o cumprimento de quatro propósitos fundamentais para a estratégia de comunicação prosseguida:

1. Garantem uma forte imagem de marca, conseguida por via de uma uniformidade gráfica e visual dos produtos, assim como pela coerência entre os diferentes tipos de linguagem adotados;

2. Garantem ações de comunicação continuadas no tempo, e em permanente atualização face ao desenvolvimento da operação;

3. Garantem a existência de eventos com forte pendor comunicacional, que pontuem todo o período de implementação da operação;

4. Garantem produtos que registem o processo e prolonguem os seus efeitos para lá do tempo de implementação do plano de ação.

Sendo alargado o número de instrumentos e canais que à partida se podem considerar em matéria de divulgação e comunicação, destacam-se no âmbito da presente proposta os seguintes:

A criação do Logotipo

O logotipo define a imagem e a identidade do **ecoMAR**, devendo ser utilizado em todas as ações associadas à estratégia e ao plano de ação e no intercâmbio de informação interna e externa.

A criação da Página de Internet

A Página da Internet do **ecoMAR** constituir-se-á como um verdadeiro canal informativo, dinâmico, funcional, em permanente atualização e com uma aposta muito forte na qualidade visual. A página dará a conhecer a estratégia e cada um dos projetos do plano de ação numa perspetiva evolutiva. Atualizará as notícias, publicitará os eventos e informará sobre outros instrumentos associados à estratégia.

A realização de Fóruns de Participação

Está prevista a realização de fóruns de participação pública ao longo do período de implementação da EDL. Os fóruns são espaços de informação, discussão e auscultação dos

atores locais, que visam o duplo objetivo de minimizar os potenciais conflitos e induzir uma atuação mais pró-ativa e coletiva por parte da comunidade.

A participação em Eventos Diversos

Pretende-se promover o **ecoMAR** em seminários, conferências e outros eventos coletivos, nacionais e internacionais, de forma a divulgar a EDL e as operações integrantes.

O envolvimento da Imprensa local, regional e nacional

Procura-se incentivar um acompanhamento regular do processo, cativando os diversos órgãos de comunicação social e estimulando a criação de reportagens e notícias de atualidade que promovam e divulguem o **ecoMAR** e o projetem a uma escala supra-regional. Dada a atualidade do tema do desenvolvimento local integrado, prevê-se igualmente o destaque da EDL em revistas e jornais da especialidade.

A edição Material Publicitário Diverso

Prevê-se a divulgação do **ecoMAR** em diversos suportes tais como brochuras, folhetos, cartazes, outdoors, muppis, bandeiras, pins, etc. No seu conjunto estes produtos permitem garantir a publicitação das ações e eventos, ajustando o material produzido à natureza de cada ação e à tipologia de público-alvo.

Através destes produtos e ações, o **PDC ecoMAR** dará uma resposta eficaz em termos de comunicação e garantirá um elevado grau de visibilidade e de valorização da EDL e de cada um dos projetos, com reflexos positivos sobre a imagem do território nos contextos regional e nacional.

F5. Áreas de Cooperação

A cooperação inter-regional e transnacional a estabelecer com os outros GAL e restantes Instituições intervenientes constitui um mecanismo muito importante para o sucesso da implementação da EDL do **ecoMAR**.

Através das sinergias que a mesma gera, definem-se como objetivos gerais a atingir:

- O reforço das competências e dos saberes locais, promovendo a troca de experiências e a replicação de boas práticas;
- A alavancagem económica das iniciativas dos atores locais, conferindo-lhes escala e abrindo-as a novos mercados;
- A otimização dos recursos técnicos, humanos e financeiros disponíveis, tirando partido do funcionamento em rede, das complementaridades e das economias de escala;
- A aquisição e disseminação do conhecimento técnico e científico resultante da multiplicidade e diversidade dos territórios objeto de estudo e investigação;
- A projeção e a afirmação do **ecoMAR** no contexto do espaço europeu, constituindo-se a cooperação como um importante instrumento de marketing territorial;
- A criação de uma identidade comum, transnacional e europeia, entre comunidades costeiras, alicerçada na relação destas com o mar.

Para a prossecução destes objetivos, o **ecoMAR** privilegiará a cooperação e o intercâmbio com outros GAL e/ou outras instituições intervenientes cujas competências e âmbito de atuação melhor possam contribuir para a concretização da EDL, identificando-se como domínios preferenciais de cooperação aqueles que permitam:

- Reforçar o conhecimento e as competências no domínio da atividade pesqueira, com especial enfoque para o aperfeiçoamento e modernização das técnicas associadas à pesca artesanal e o desenvolvimento de soluções económicas alternativas assentes em sistemas de aquacultura e aquaponia;
- Contribuir para a diversificação da economia de base local, designadamente através da implementação de circuitos curtos de distribuição e de comercialização dos produtos locais, promovendo para o efeito a troca de experiências com territórios onde existam modelos em funcionamento;

- Promover a produção e a transmissão do conhecimento científico e tecnológico associado aos sistemas costeiros, privilegiando o intercâmbio e a cooperação com universidades e instituições ligadas às ciências do mar;
- Melhorar os mecanismos de proteção e valorização dos sistemas biofísicos costeiros e a gestão sustentável dos recursos marinhos, fomentando a criação de pactos e redes entre GAL e a universalização de princípios gerais de proteção e gestão dos recursos;
- Potenciar o desenvolvimento económico do turismo e das atividades de recreio e lazer, através da visibilidade obtida com a troca de experiências e a organização conjunta de eventos.

A cooperação e o intercâmbio a desenvolver entre o **ecoMAR** e os restantes intervenientes deve compreender um vasto leque de modalidades, determinadas em função da natureza dos domínios de atuação e dos objetivos a alcançar, podendo, entre outras, assumir a forma de visitas de estudo destinadas a dar a conhecer e a divulgar os projetos em implementação; a realização de estágios profissionais e ações de formação; a criação e/ou integração de redes nacionais e europeias e a estabelecimento de protocolos de geminação com outros territórios; a realização de conferências e workshops; ou ainda o desenvolvimento de projetos de cooperação avançados.